



CURSO ONLINE DE CAPACITAÇÃO PARA OS PLANOS MUNICIPAIS DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

MODELO DE PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA

BLOCO EXTRA (Todos os Estados)

FEVEREIRO DE 2019

Realização:



Apoio:

marimar



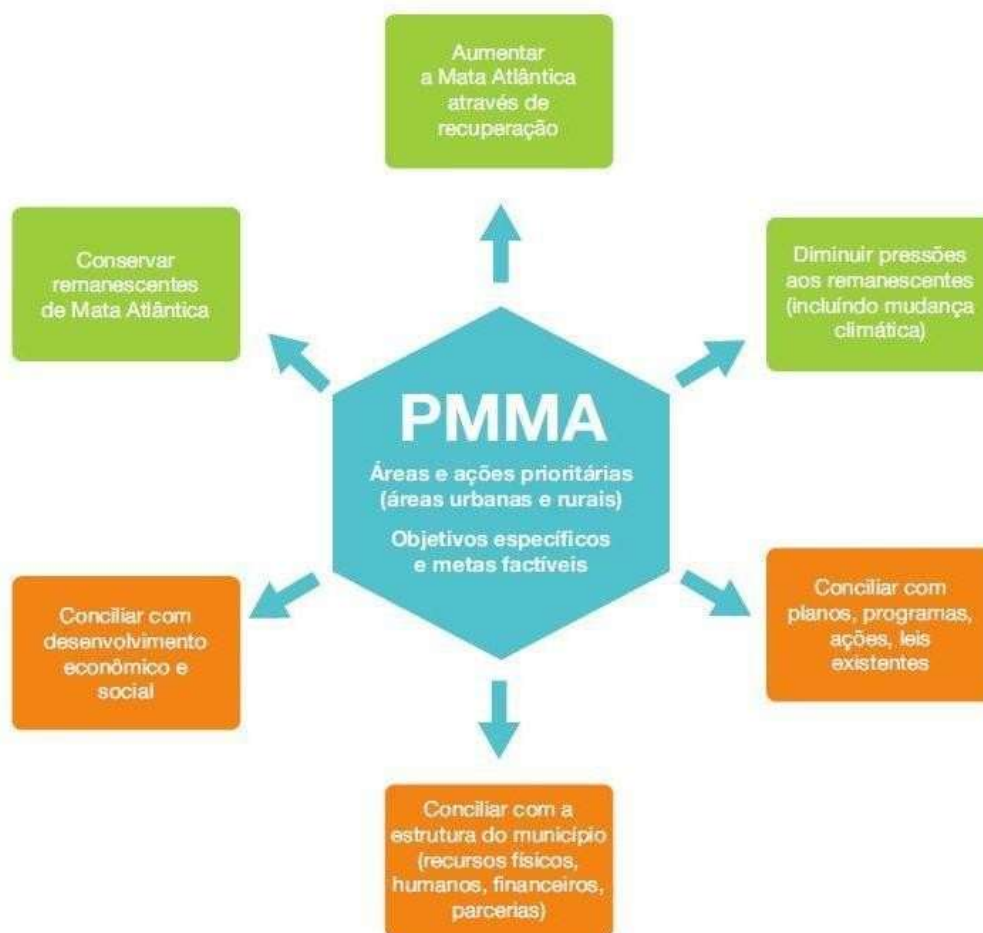
INTRODUÇÃO

O que são os Planos Municipais da Mata Atlântica?

Devido sua importância e grau de ameaça, a Mata Atlântica foi protegida por lei específica, a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006, regulamentada pelo Decreto 6660/2008), que dispõe sobre a utilização e proteção da sua vegetação nativa. O art. 38 da referida lei instituiu o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), abrindo a possibilidade de os municípios, cujo território está total ou parcialmente nela inserido, atuarem proativamente na defesa, conservação e restauração da vegetação nativa da Mata Atlântica, através de definição de áreas e ações prioritárias.

A definição do conteúdo mínimo de um PMMA foi dada pelo Decreto Federal 6.660/2008:

LEGISLAÇÃO	Decreto 6.660/2008
	<p>CAPÍTULO XIV - Do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica</p> <p>Art. 43. O plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, de que trata o art. 38 da Lei 11.428/2006, deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:</p> <p>I - diagnóstico da vegetação nativa contendo mapeamento dos remanescentes em escala de 1:50.000 ou maior;</p> <p>II - indicação dos principais vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa;</p> <p>III - indicação de áreas prioritárias para conservação e recuperação da vegetação nativa; e</p> <p>IV - indicações de ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da vegetação nativa e de conservação e utilização sustentável da Mata Atlântica no Município.</p> <p>Parágrafo único. O plano municipal de que trata o caput poderá ser elaborado em parceria com instituições de pesquisa ou organizações da sociedade civil, devendo ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.</p>



Objetivos e aplicações do PMMA

MODELO PARA A ELABORAÇÃO DO PMMA

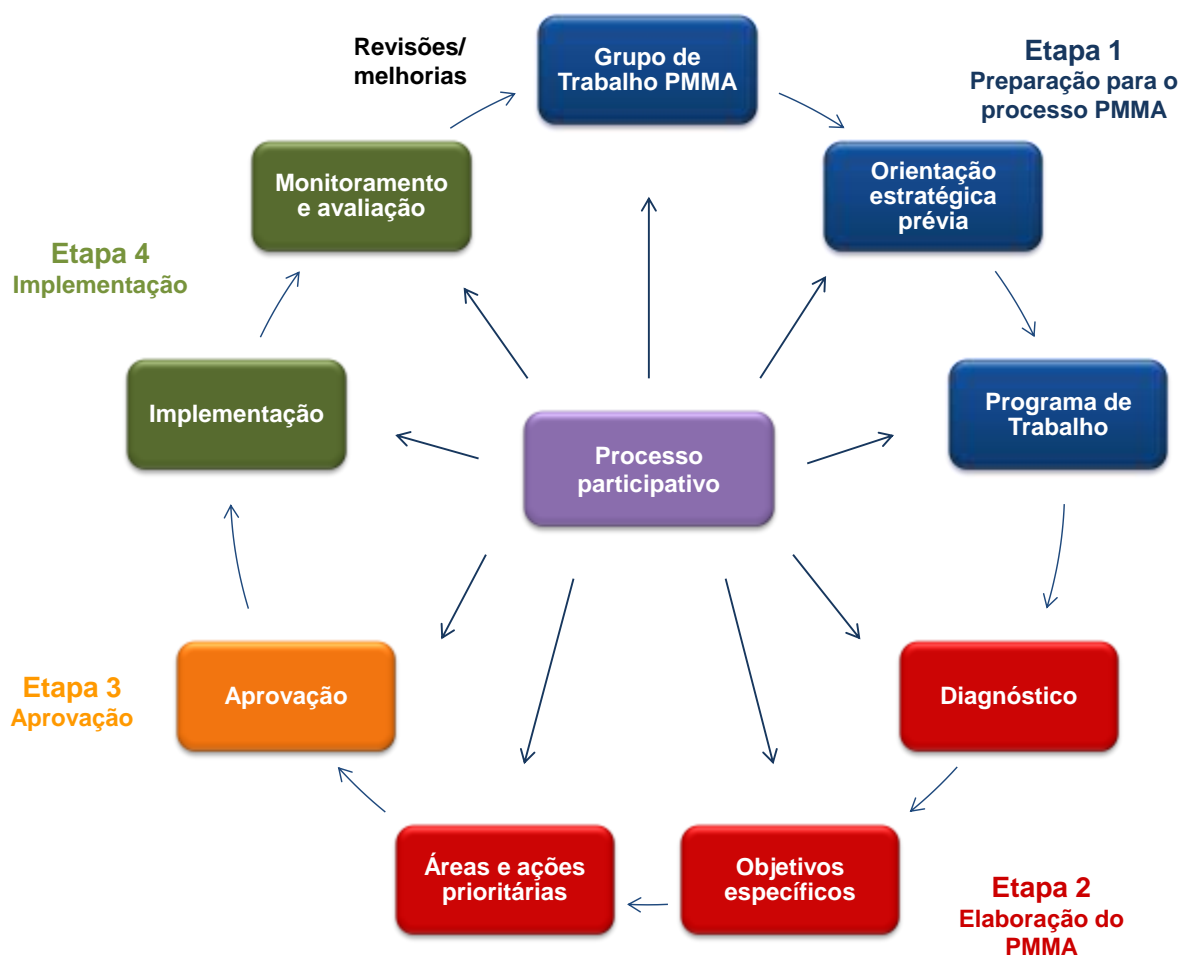
Os PMMA buscam retratar a realidade de cada município, sendo uma oportunidade para orientar as ações públicas e privadas, bem como para a atuação de entidades acadêmicas, de pesquisa e das organizações da sociedade, empenhadas em promover a conservação dos remanescentes de vegetação nativa e da biodiversidade existentes na Mata Atlântica. O PMMA tem mostrado ser uma grande oportunidade também para o fortalecimento da gestão ambiental municipal, fortalecendo tanto o órgão municipal do meio ambiente como também o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

- Este modelo faz parte do curso de capacitação para elaboração do PMMA, cujos demais materiais didáticos podem ser obtidos pelos inscritos no site do projeto (www.pmma.etc.br).
- O modelo foi preparado levando em conta recomendações do “*ROTEIRO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA*”, elaborado de forma participativa pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e disponível na biblioteca do site, recentemente revisado.
- Este modelo é informativo e apresenta sugestões práticas provenientes de experiências anteriores. As diretrizes gerais das sugestões são (1) cumprir o que exige a legislação (2) agregar valor ao plano para sua máxima eficácia (3) simplificar o documento e (4) orientar implementação. Em algumas seções há sugestão de volume de texto em páginas. Naquelas em que não há sugestão considera-se que o volume de texto depende do processo e características de cada município.
- Os itens que são de conteúdo mínimo exigido pelo Decreto nº 6.660, de 21/11/2008 têm seus títulos indicados desta forma: **ITEM DE LEGISLAÇÃO**.
- Os demais itens são derivados de recomendações do “Roteiro Metodológico” e de boas práticas recomendadas pela Ambiental Consulting.
- As equipes de elaboração devem lembrar que certos itens, particularmente os que não são marcados como exigidos pela legislação, podem ser menos aprofundados numa primeira versão do Plano. Inclusive de acordo com a orientação estratégica prévia. Nesse caso, o Plano pode indicar estudos para melhoria das informações relacionadas em revisões futuras.
- Os *textos em itálico* são comentários nossos que devem ser substituídos pelos textos apropriados em cada Plano elaborado.
- Os quadros-exemplo, quando utilizados, devem ser preenchidos com as informações específicas do município.

MAIS INFORMAÇÕES E REFERÊNCIAS PODEM SER ENCONTRADAS NO SITE DO PROJETO: www.pmma.etc.br

ETAPAS DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DA MATA ATLÂNTICA

O roteiro recentemente revisado propõe as seguintes etapas para o processo de elaboração e implementação do PMMA:



Todo o processo de elaboração do PMMA deve ter como preocupação central a sua objetividade e exequibilidade, com foco na realidade e nas vocações do município, de forma a promover uma implementação mais efetiva. Esta é a essência da realização de uma orientação estratégica prévia: tornar o PMMA não um documento padrão ou meramente burocrático, mas algo que seja específico e útil para cada município. Nesse sentido, haverá melhoria contínua a cada ciclo de monitoramento, avaliação e revisão do Plano.

Outras duas questões devem ser transversais a todo o processo. Uma é tornar o processo o mais participativo possível. A outra é considerar os efeitos da mudança do clima (MC) no planejamento municipal, incorporando medidas mitigadoras ou de adaptação, principalmente aquelas baseadas nos ecossistemas da Mata Atlântica.

**MODELO DE PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA (e *outro bioma se
existente no município*)**

MUNICÍPIO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

LOCAL, DATA

Sumário

I.	APRESENTAÇÃO	7
II.	INTRODUÇÃO.....	7
III.	RESUMO DO DIAGNÓSTICO.....	7
III.1	PRIMEIRA DIMENSÃO: REMANESCENTES DE MATA ATLÂNTICA.....	7
III.2.	SEGUNDA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: VETORES DE DESMATAMENTO OU DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA	10
III.3	TERCEIRA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: CAPACIDADE DE GESTÃO	12
III.4	QUARTA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: PLANOS E PROGRAMAS	13
III.5.	SISTEMATIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	14
IV.	OBJETIVOS PMMA.....	14
V.	ÁREAS PRIORITÁRIAS.....	15
V.1	RESUMO DOS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO.....	15
V.2	LISTA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS	15
VI.	AÇÕES PRIORITÁRIAS.....	15
VI.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	16
VI.1	MONITORAMENTO	16
VI.2	AVALIAÇÃO	17
VII.	ANEXOS	17

I. APRESENTAÇÃO

Incluir um pequeno texto de contextualização histórica e socioeconômica do município. Mapas podem ajudar a descrição, incluindo inserção regional, bairros, geografia, população, principais atividades econômicas etc.

(Sugestão de tamanho: 2 a 3 páginas)

II. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, explicar resumidamente:

- *Como foi a iniciativa de elaborar o Plano*
- *Quais foram as instituições que participaram da elaboração do Plano*
- *Quais foram as etapas de elaboração do Plano, por exemplo:*
 - *Mobilização e institucionalização*
 - *Oficinas, seminários, consultas públicas e outras atividades realizadas;*
- *Período (meses) e principais fontes de informações*
- *Quantidade de pessoas envolvidas do Poder Público, ONGs, universidades, empresas etc.*
- *O resultado da orientação estratégica prévia, destacando os objetivos e temas específicos que foram priorizados*

(Sugestão de tamanho: 2 páginas)

III. RESUMO DO DIAGNÓSTICO

Descrever de forma sucinta as informações mais úteis coletadas na etapa de diagnóstico. Não é preciso e não se deve transcrever toda a informação solicitada, apenas um resumo e fatos mais relevantes. Excesso de informações pode afastar o interesse pelos resultados mais importantes. O PMMA pode ter um relatório técnico de diagnóstico a parte.

Grande parte dos dados e informações necessários à caracterização do Município pode ser obtida por meio de consulta aos outros documentos de planejamento e gestão existentes, como o Plano Diretor Municipal, o Plano da Bacia Hidrográfica, o Plano Municipal de Saneamento, entre outros, assim sugerimos que o primeiro levantamento seja o de Planos e Programas existentes.

III.1 PRIMEIRA DIMENSÃO: REMANESCENTES DE MATA ATLÂNTICA

- *Levantamento dos remanescentes de MA Este é um ITEM DE LEGISLAÇÃO.*

Deve incluir o mapeamento dos remanescentes no município em escala 1:50.000 ou mais detalhada. Se não couber no documento principal coloque uma redução no documento principal e os demais mapas para os anexos do plano. Os remanescentes devem ser caracterizados como se revelam atualmente – “retrato atual” –, descrevendo seu grau de conservação e degradação, conforme informações existentes, seja por meio de levantamentos ou imagens aéreas.

OUTROS ITENS QUE ENRIQUECEM O DIAGNÓSTICO:

É importante que todas as informações passíveis de espacialização sejam colocadas em mapas. Sugere-se também utilizar tabelas como forma prática de ler e como forma de limitar as informações aquelas mais úteis:

- **Meio físico**

Convém sobrepor os mapas de clima, hidrografia e relevo para delimitar as APPs hídricas e de declividade, além de subsidiar a identificação de áreas de risco e de fragilidade ambiental.

- **Áreas de risco e fragilidade ambiental**

Convém cruzar os mapas de risco e de fragilidade ambiental com o de remanescentes para identificar aqueles mais ameaçados por desastres ambientais e erosão. Sugere-se identificar essas áreas que abrangem um ou mais remanescentes e que estão em áreas de maior risco e fragilidade, conforme o quadro a seguir:

Área	Localização	Nível de fragilidade	Grau de risco	Interesse para o PMMA
				Comentar os riscos sobre o(s) remanescente(s) e se existe alguma medida tomada ou pretendida para redução dos riscos

- **Fitofisionomias originais**

Convém sobrepor o mapa das fitofisionomias com o dos remanescentes atuais. Se não for possível, ao menor inserir tabela contendo informações básicas como a sugerida a seguir:

Fitofisionomia	Áreas de ocorrência	Interesse para o PMMA
		Comentar a representatividade da fitofisionomia em relação às outras existentes no município, onde estão e qual o status de conservação de seus principais remanescentes. (para manquezais e restingas, incluir no mapa de APPs do item anterior)

- **Levantamentos de vegetação**

Convém levantar e tabular (conforme quadro abaixo) as espécies endêmicas e/ou ameaçadas e/ou de uso tradicional ou valor simbólico. Se possível, as áreas de ocorrência dessas espécies devem ser mapeadas.

Espécie	Grau de endemismo (nenhum, local, regional, bioma)	Grau de ameaça	Tipo(s) de ameaça	Uso tradicional ou valor simbólico	Principais áreas de ocorrência no município

- **Levantamentos de fauna**

Convém levantar e tabular (conforme quadro abaixo) as espécies endêmicas e/ou ameaçadas e/ou de uso tradicional ou valor simbólico. Se possível, as áreas de ocorrência dessas espécies devem ser mapeadas.

Espécie	Grau de endemismo (nenhum, local, regional, bioma)	Grau de ameaça	Tipo(s) de ameaça	Uso tradicional ou valor simbólico	Principais áreas de ocorrência no município

- **Áreas protegidas em imóveis rurais**

Convém acrescentar as áreas de reserva legal dos imóveis rurais ao mapa de APPs elaborado anteriormente e dados do CAR – Cadastro Ambiental Rural.

- **Áreas protegidas urbanas**

As áreas verdes podem ser levantadas e tabuladas conforme sugerido a seguir:

Nome da área verde urbana	Localização	Interesse para o PMMA
Nome		<i>Comentar se a área pode ser considerada um remanescente, se tem potenciais matrizes para reprodução, qual o estado de conservação da área ou outros fatos de interesse para o plano.</i>

- **Unidades de conservação**

Além de mapear as unidades de conservação localizadas parcialmente ou totalmente no município, convém tabular as informações como sugerido a seguir:

Nome da UC	Tipo da área	Plano de manejo?	Comentários
Nome	Parque Municipal Parque Estadual RPPN Etc.	(SIM/NÃO)	Incluir comentários sobre espécies especialmente protegidas, situação prática da gestão, se há invasões, zona de amortecimento etc.

- **Populações tradicionais**

Além de mapear os territórios habitados por indígenas, quilombolas, caiçaras e outras populações tradicionais localizados parcialmente ou totalmente no município, convém tabular as informações como sugerido a seguir:

Nome da comunidade	Tipo (quilombola, indígena, etc.)	Localização	População	Área ocupada

- **Atrativos naturais, histórico-culturais arqueológicos**

Os atrativos podem ser levantados e tabulados conforme sugerido a seguir:

Nome do atrativo	Localização	Interesse para o PMMA
Nome		<i>Comentar se a área em si ou do entorno pode ser considerada um remanescente, qual o estado de conservação da área ou outros fatos de interesse para o plano.</i>

- **Áreas já definidas como prioritárias para conservação**

As áreas já identificadas como prioritárias para conservação em outros planos e estudos podem ser levantadas e tabuladas conforme sugerido a seguir:

Área prioritária	Localização	Interesse para o PMMA
Nome		<i>Comentar o estado de conservação da área, as características que fazem dela prioritária para conservação, potencial de conectividade ou outros fatos de interesse para o plano, e qual plano ou estudo já inclui tal área.</i>

- **Terras públicas**

As terras públicas da União, do estado ou do município podem ser levantadas e tabuladas conforme sugerido a seguir:

Terras públicas	Proprietário (União, Estado, Município)	Interesse para o PMMA
Nome/localização		Comentar se a área pode ser considerada um remanescente, qual o estado de conservação da área, qual seu potencial para restauração da MA ou outros fatos de interesse para o plano.

- **Viveiros existentes e outras iniciativas**

Os viveiros e iniciativas que possam subsidiar a restauração da Mata Atlântica no município podem ser levantados e tabulados conforme sugerido a seguir:

Viveiro ou iniciativa	Localização	Interesse para o PMMA
Nome		Comentar como o viveiro ou iniciativa pode auxiliar as ações de conservação e restauração da Mata Atlântica do município.

Após discutir as informações do diagnóstico, a equipe deve **caracterizar os remanescentes e as áreas degradadas, tal como se revelam atualmente** (“retrato atual”), descrevendo seu grau de conservação ou degradação.

III.2. SEGUNDA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: VETORES DE DESMATAMENTO OU DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

Este é um ITEM DE LEGISLAÇÃO.

Devem-se determinar os principais fatores de pressão que estão causando ou poderão causar desmatamentos ou degradação adicionais, podendo, portanto, piorar a situação atual de conservação ou prejudicar a restauração das áreas prioritárias de Mata Atlântica no município.

Concentrem-se **apenas** nos projetos e fatores que possam interferir. Empreendimentos, estradas, e outros projetos que não interfiram especificamente com a Mata Atlântica não precisam ser incluídos. Uma forma de facilitar a elaboração do documento PMMA é resumir os vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa encontrados num quadro, como o exemplo a seguir.

EXEMPLOS DE ASSUNTOS	PROBLEMAS ATUAIS	POTENCIAIS PROBLEMAS (FUTUROS)
Aumento populacional e migrações	Explicar se existem locais com taxa de crescimento populacional mais alto e/ou recebimento de aporte significativo de migrantes	Explicar o que o aumento populacional e de fluxos migratórios impactarão os remanescentes atuais de MA, como maior pressão sobre recursos naturais e demanda por áreas habitáveis e produtivas.
Expansão imobiliária urbana regular	Explicar se há interferências de condomínios, loteamentos ou empreendimentos habitacionais existentes nos remanescentes atuais de MA	Explicar quais as interferências de condomínios, loteamentos, empreendimento(s) ou empreendimentos habitacionais e comerciais aprovados ou em aprovação sobre os remanescentes atuais de MA, como áreas a serem desmatadas devido a determinado(s)
Expansão imobiliária urbana irregular (ocupações)	Explicar se há interferências das ocupações irregulares atuais sobre os remanescentes de MA	Explicar quais os impactos do aumento de novas ocupações irregulares, como potencial desmatamento, uso de recursos naturais e impactos decorrentes de ocupações irregulares no entorno ou dentro de áreas verdes e APPs

EXEMPLOS DE ASSUNTOS	PROBLEMAS ATUAIS	POTENCIAIS PROBLEMAS (FUTUROS)
<i>Expansão imobiliária regular</i>	<i>Explicar se há expansão imobiliária legal que esteja causando desmatamento no presente ou que possa causar desmatamento no futuro</i>	<i>Explicar quais itens de plano diretor ou zoneamento permitem esse desmatamento.</i>
<i>Intensificação da ocupação do solo em áreas rurais</i>	<i>Explicar se há interferências de parcelamento de imóveis rurais, de assentamentos de reforma agrária e de ocupações irregulares sobre os remanescentes de MA</i>	<i>Explicar quais os impactos de projetos aprovados ou previstos de assentamentos, de parcelamento de imóveis rurais, bem como ocupações irregulares no entorno ou dentro de remanescentes de MA, como potencial desmatamento, uso de recursos naturais e impactos</i>
<i>Infraestrutura existente e prevista para transporte de pessoas e produtos</i>	<i>Explicar os impactos de ruas, estradas, avenidas, ferrovias,</i>	<i>Explicar os impactos de projetos previstos ou aprovados de ruas, estradas, avenidas, ferrovias, portos e aeroportos sobre os remanescentes de MA</i>
<i>Infraestrutura existente e prevista para geração e transmissão de energia</i>	<i>Explicar os impactos da infraestrutura existente (hidrelétricas, PCHs, parques eólicos, termelétricas, linhas de transmissão etc.) sobre os remanescentes de MA</i>	<i>Explicar os impactos da infraestrutura existente (hidrelétricas, PCHs, parques eólicos, termelétricas, linhas de transmissão etc.) sobre os remanescentes de MA</i>
<i>Infraestrutura de saneamento (água, esgoto, lixo)</i>	<i>Impactos da infraestrutura e/ou da falta de infraestrutura necessária para o saneamento básico (água, esgoto, lixo) sobre os remanescentes de MA, com ênfase em aterros, lixões e descartes de lixo no entorno e nos remanescentes, bem como na poluição dos cursos d'água por esgoto não tratado e uso irregular de água de água.</i>	<i>Impactos de novos projetos de infraestrutura para o saneamento básico (água, esgoto, lixo) sobre os remanescentes de MA, com ênfase em novos aterros, estações de tratamento de água e esgoto, canalização de cursos d'água etc.</i>
<i>Atividades agropecuárias</i>	<i>Impactos decorrentes das atividades agropecuárias atuais, incluindo degradação de remanescentes, erosão do solo, focos de incêndio, invasão de capim etc.</i>	<i>Identificar a intensificação e expansão das atividades agropecuárias e os impactos decorrentes desse processo, como desmatamento, fragmentação etc.</i>
<i>Atividades madeireiras</i>	<i>Impactos decorrentes das atividades madeireiras legais e ilegais, incluindo invasão de espécies exóticas, desmatamento etc.</i>	<i>Impactos decorrentes da expansão das atividades madeireiras legais e ilegais, incluindo desmatamento, fragmentação, perda de biodiversidade, redução de espécies nativas em APP e RL etc.</i>
<i>Atividades minerárias</i>	<i>Impactos decorrentes das atividades minerárias legais e ilegais, incluindo contaminação de água e solo, erosão, degradação etc.</i>	<i>Impactos decorrentes da expansão das atividades minerárias legais e ilegais, incluindo desmatamento, contaminação de água e solo, erosão, degradação etc.</i>
<i>Atividades industriais</i>	<i>Impactos decorrentes das atividades industriais, incluindo poluição do solo, da água e do ar etc.</i>	<i>Impactos decorrentes da expansão das atividades industriais, incluindo desmatamento, poluição do solo, da água e do ar etc.</i>
<i>Serviços e turismo</i>	<i>Impactos decorrentes do setor de serviços, principalmente do turismo, sobre os remanescentes de MA.</i>	<i>Impactos decorrentes da expansão do setor de serviços, principalmente do turismo predatório, sobre os remanescentes de MA.</i>
<i>Caça e extrativismo</i>	<i>Identificar as principais áreas impactadas pela caça e extrativismo vegetal, bem como as espécies mais utilizadas</i>	
<i>Captura e tráfico de animais silvestres e plantas nativas</i>	<i>Identificar as principais áreas impactadas pela captura e tráfico de animais silvestres e plantas</i>	

EXEMPLOS DE ASSUNTOS	PROBLEMAS ATUAIS	POTENCIAIS PROBLEMAS (FUTUROS)
	<i>nativas, bem como as espécies mais visadas</i>	
<i>Mudança do Clima</i>	<i>Identificar os impactos atuais decorrentes das mudanças graduais de temperatura e precipitação pluviométrica, bem como da ocorrência de eventos extremos</i>	<i>Identificar os potenciais impactos decorrentes da continuidade ou aumento das mudanças graduais de temperatura e precipitação pluviométrica, bem como do aumento de eventos extremos</i>
<i>Outros fatores (O GT pode incluir quantos vetores de desmatamento ou destruição da Vegetação nativa forem necessários)</i>		

III.3 TERCEIRA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: CAPACIDADE DE GESTÃO

Por não ser um item de legislação, há mais flexibilidade neste item. Novamente quadros-resumo pode ajudar o GT a expressar de forma bem resumida o que foi estudado. Sugere-se utilizar dois quadros-resumo: um para o arcabouço legal e outro para a capacidade de gestão.

No quadro para o arcabouço legal, sugere-se que a análise seja breve e inclua somente as principais leis e regulamentos. Se o GT decidir incluir uma lista da legislação e dos planos analisados, ela pode constar no final como um anexo. O GT pode incluir quantos aspectos positivos ou negativos julgar necessários.

Caso o GT tenha utilizado metodologias específicas (por exemplo: FOFA) os recursos dessa metodologia podem ser usados ao invés dos quadros aqui sugeridos.

Principais leis e regulamentos	Aspectos positivos / negativos para o PMMA
<i>Plano diretor</i>	<i>Aspecto positivo 1 Aspecto positivo 2 Aspecto positivo Aspecto negativo 1 Aspecto negativo 2 Aspecto negativo....</i>
<i>Lei de Zoneamento</i>	<i>Aspecto positivo 1 Aspecto positivo Aspecto negativo 1 Aspecto negativo....</i>
<i>Código de posturas municipais</i>	
<i>Lei de parcelamento do solo</i>	
<i>Lei de gerenciamento de resíduos</i>	
<i>Lei de arborização urbana</i>	
<i>Política de Mudanças climáticas</i>	<i>Descrever se o município tem uma política de mudanças climáticas e como pode ajudar ou bloquear o PMMA.</i>
<i>(O GT pode incluir quantas leis e regulamentos forem necessárias)</i>	

Sugere-se um segundo quadro para analisar como funciona a gestão ambiental no município:

Aspecto da gestão ambiental	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Conselho de Meio Ambiente		
Secretaria de Meio Ambiente ou equivalente – recursos humanos		
Secretaria de Meio Ambiente ou equivalente – recursos financeiros		
Secretaria de Meio Ambiente ou equivalente – infraestrutura e sistema de dados e informações		
Outras secretarias – infraestrutura		
Outras secretarias – recursos humanos e financeiros		
Capacidade de articulação – Universidades e institutos de pesquisa		
Capacidade de articulação – ONGS		
Capacidade de articulação – agentes econômicos		
Capacidade de articulação – outros níveis de governo		
(O GT pode incluir quantos aspectos de gestão ambiental forem necessários)		

Levantar e avaliar a capacidade e demanda da gestão municipal para a elaboração e implementação do PMMA, incluindo:

- Fontes de financiamento existentes e potenciais;
- Pessoal disponível e necessário;
- Equipamentos disponíveis e necessários;
- Serviços externos atuais e desejáveis.

Aspecto da gestão ambiental	Existentes	Potenciais/desejáveis
Recursos financeiros		
Fontes de financiamento		
Pessoal		
Equipamentos		
Infraestrutura		
Serviços externos		

III.4 QUARTA DIMENSÃO DO DIAGNÓSTICO: PLANOS E PROGRAMAS

Este também não é um item de legislação, por isso há bastante flexibilidade. Sugere-se que análise seja bem resumida e que somente os planos e programas principais existentes sejam incluídos.

Caso o GT tenha utilizado metodologias específicas (por exemplo: FOFA) os recursos dessa metodologia podem ser usados ao invés dos quadros aqui sugeridos.

PLANOS / PROGRAMAS	COMENTÁRIOS POSITIVOS/ NEGATIVOS QUE AFETAM O PMMA
Plano Diretor Municipal	
Plano Municipal de Saneamento Básico	
Plano Municipal de Redução de Riscos	
Plano de Bacia Hidrográfica (pode haver mais de um plano)	
Planos de Manejo de Unidades de Conservação (pode haver mais de um)	
Estudos para criação de Unidades de Conservação	
Planos federais ou estaduais com impacto sobre a Mata Atlântica, como Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE etc.	
Programas e atividades de Educação Ambiental	
Outros	

III.5. SISTEMATIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A sugestão é que se faça uma análise do diagnóstico, de modo a apontar os desafios e oportunidades para o PMMA do município. Uma análise FOFA pode ser realizada (não obrigatório) com o GT e em oficinas participativas e resumida em um quadro como o exemplo abaixo, por eixos temáticos de maior relevância para o município ou geral, levando em conta as quatro dimensões do diagnóstico.

Exemplo: Eixo temático Desenvolvimento Urbano

Ambiente Interno	Ambiente Externo
Pontos Fracos: Ocupações irregulares em APPs e áreas de risco Saneamento básico Expansão urbana em áreas de MA	Ameaças: Duplicação de rodovia x Mudança do clima – ampliação de eventos extremos de precipitação ...
Pontos Fortes: Plano Diretor em revisão Arborização urbana Presença de áreas verdes urbanas	Oportunidades: Criação de UC estadual limitando expansão urbana Projeto de saneamento em implantação pelo Estado

Exemplo: Eixo temático Recursos Naturais

Ambiente Interno	Ambiente Externo
Pontos Fracos: Captações irregulares de água APPs desprotegidas (ausência de matas ciliares)	Ameaças: Existência de espécies exóticas invasoras Turismo de massa ...
Pontos Fortes: Biodiversidade dos remanescentes Existência de lei de PSA	Oportunidades: Recursos provenientes de royalties ICMS ecológico

Exemplo: Eixo temático Gestão Ambiental

Ambiente Interno	Ambiente Externo
Pontos Fracos: Equipe reduzida na prefeitura Falta de equipamentos e capacitação para mapeamentos e monitoramentos	Ameaças: Política estadual de desenvolvimento regional equivocada Ausência de plano de bacia hidrográfica ...
Pontos Fortes: Conselho de Meio Ambiente engajado Parcerias com universidades para pesquisas e monitoramentos Programa de educação ambiental em execução	Oportunidades: Ampliação da atuação de órgãos de assistência técnica rural no município CAR

IV. OBJETIVOS PMMA

Listar os objetivos específicos do PMMA no município.

Se o processo de construção do Plano tiver utilizado outras ferramentas, como o desenho de cenários e visão de futuro, essas informações podem constar nesse item.

V. ÁREAS PRIORITÁRIAS

V.1 RESUMO DOS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

Pode-se incluir um resumo dos critérios de priorização. (Sugestão de tamanho: máximo 1 página)

V.2 LISTA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

Este é um ITEM DE LEGISLAÇÃO. Embora a legislação não exija que no plano se incluam justificativas e grau de prioridade, é recomendado que isso esteja no PMMA. O Grau de prioridade pode ser simplesmente "extremamente alto", "muito alto" ou "alto", ou pode ser utilizado o resultado de alguma metodologia específica que o GT tenha utilizado na priorização, tais como notas ou graus de risco.

Área (nome ou número no mapa)	Grau de Prioridade	Justificativa	Ações Relacionadas
<i>Ex. APP da Fazenda Manacá – Código no mapa: AR (área recuperação)-01</i>	<i>Extremamente alta</i>	<i>Nascente do rio Manacá que abastece a cidade e que atualmente encontra-se desprotegida por vegetação nativa.</i>	<i>Código das ações relacionadas</i>
<i>Ex. Parque Jatobá – ACR (área de conservação e recuperação)-02</i>	<i>Alta</i>	<i>Remanescente de floresta em área de expansão urbana, importante para qualidade de vida, que necessita de proteção e recuperação.</i>	
<i>Ex. Mata Macaco-Prego – AC (área conservação)-03</i>	<i>Muito alta</i>	<i>Remanescente de floresta em estágio médio de regeneração, com a presença de espécie de macaco ameaçada de extinção.</i>	


Obs: Alguns municípios podem optar por concentrar as áreas prioritárias em um mapa só, ou até criar categorias diferentes, como por exemplo, áreas para conservação e recuperação (quando se tratar de um fragmento que necessita de conservação e recuperação sem dividi-lo).


VI. AÇÕES PRIORITÁRIAS

As ações podem ser listadas, e a sugestão é que se utilize um quadro como o que segue. No Plano de Ação são detalhadas estratégias e ações para alcançar os objetivos definidos para o PMMA (item IV). Outras formas como cronograma, Matriz lógica, entre outras, podem ser utilizadas também. Dicas:

- *Cada objetivo pode ter uma ou mais estratégias*
- *Cada estratégia pode ter uma ou mais ações*
- *As metas devem ser quantitativas sempre que possível*

Exemplo: Objetivo – Melhorar a qualidade das áreas verdes e arborização urbana.

Ações	Metas	Grau de Prioridade	Justificativas	Atores envolvidos	Previsão de Recursos e Fontes	Prazos	Áreas relacionadas
<i>Estratégia 1 - Elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana</i>							
<i>Firmar parcerias para apoio à elaboração e implantação do Plano (Universidades, Instituições de Ensino, ONGs...)</i>	<i>Três parcerias firmadas</i>	<i>Alta</i>	<i>Baixa quantidade de árvores em meio urbano</i>	<i>universidades; ONGs; Secretarias;</i>	<i>Medidas Compensatórias das empresas</i>	<i>até ano x</i>	<i>-</i>

Ações	Metas	Grau de Prioridade	Justificativas	Atores envolvidos	Previsão de Recursos e Fontes	Prazos	Áreas relacionadas
Utilizar espécies da Mata Atlântica em áreas municipais	Utilização de 100% de espécies nativas plantadas em áreas municipais	Alta	Menor custo; Adequação das espécies com o meio onde serão plantadas	Prefeitura; ONGs;	Dotação orçamentária	Contínuo	Área X, Y
Buscar parcerias para criação do Viveiro Municipal/ Horto Florestal, com produção de mudas nativas não só para o Plano de Arborização Urbana, mas também demais ações de restauração do PMMA.	Criação do viveiro	Média	Inexistência de viveiro municipal/ fornecimento de mudas para o Plano de Arborização e criação de áreas verdes e paisagismo.	Prefeitura; órgão de extensão rural; governo do estado etc.	Empresas com atividades no Município; Convênios	ano x, Contínuo	
Catalogar espécies existentes e matrizes de sementes na Mata Atlântica, viabilizando a utilização das mesmas no Plano de Arborização	Obter registros de espécies que vão compor o projeto; obter registro de matrizes de sementes para o viveiro	Média	Melhor utilização e adequação das espécies às áreas onde serão utilizadas	Prefeitura; Instituições de pesquisa	Dotação orçamentária	ano x	Área Y, Z
Elaborar Plano de Arborização Urbana, incluindo praças, vias públicas, orla, escolas e outras áreas públicas	Plano elaborado e em implementação	Alta	Melhorar a Qualidade de vida; Proporcionar embelezamento da cidade; atrativo turístico	Prefeitura (Projetos com especificações técnicas), envolvendo todas as praças; Empresas (parcerias com recursos e até mesmo mão de obra); ONGs	Recurso Municipal com previsão orçamentária; Compensação Ambiental; Parcerias de empresas com divulgação de suas marcas nas praças	ano x, contínuo	
Estratégia 2 - incentivar construções ecologicamente corretas							
Criar "IPTU Verde", com desconto de IPTU para construções que mantenham taxas de permeabilidade, arborização, reuso de água.	...						

Obs: podem ser inseridos símbolos quando se tratar de ação que tenha relação com Mudança do Clima.

VI. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

VI.1 MONITORAMENTO

O monitoramento deve acompanhar as estratégias, e apresentar indicadores, forma de medição, métodos de medição, etc.

A avaliação consiste em dizer se os resultados estão satisfatórios, as “carinhas” são uma forma simples de deixar bem clara a conclusão.

Estratégia	Ação	Indicador	Metas	Fonte de informação / como medir
Estratégia 1	<i>Geral da estratégia</i>	<i>% área do município coberta por Mata Atlântica</i>	<i>X% até Ano x Y% até ano y Z% até ano z</i>	<i>Área medida de acordo com levantamento aerofotogramétrico</i>
	Ação 1.1	<i>Número de árvores plantadas</i>	<i>X árvores até ano x Y árvores até ano y Z árvores até ano z</i>	<i>Árvores contadas conforme relatórios de replantio (somar todos os projetos).</i>
		<i>% do orçamento previsto gasto com plantio de árvores</i>	<i>X% até ano x X+Y% até ano y 100% até ano z</i>	<i>Valores gastos de acordo com notas fiscais de prestação dos serviços envolvidos + custos de materiais e mão-de-obra próprios.</i>
		<i>Custo por árvore plantada</i>	<i>Máximo X R\$ / árvore plantada</i>	<i>R\$ gastos total / total de árvores plantadas</i>
	Ação 1.2			
Estratégia 2	<i>Geral</i>			
	<i>Ação 2.1</i>			
	<i>Ação 2.2</i>			
(...)				

VI.2 AVALIAÇÃO

Recomenda-se que o plano descreva os ciclos de avaliação previstos.

Ciclo de avaliação	Objetivo	Quem realiza	Resultado
<i>Mensal</i>	<i>Operacional – ações.</i>	<i>Áreas responsáveis</i>	<i>Correções e melhorias no andamento das ações</i>
<i>Trimestral</i>	<i>Operacional – ações</i>	<i>Secretaria do Meio Ambiente</i>	<i>Correções e melhorias no andamento das ações</i>
<i>Anual</i>	<i>Estratégico – andamento geral do PMMA</i>	<i>Conselho de Meio Ambiente</i>	<i>Correções e melhorias nas metas e na articulação política</i>
<i>6 anos</i>	<i>Estratégico – andamento geral do PMMA</i>	<i>Secretaria do Meio Ambiente</i>	<i>Revisão geral do PMMA</i>

VII. ANEXOS

Os anexos sugeridos para o plano são:

Anexo I – Lista da legislação considerada

Anexo II – Mapas detalhados que não caibam no texto principal

Anexo III – Resultados detalhados de ferramentas de diagnóstico e análise – FOFA, Metaplan, Análises de Risco, etc.

ANEXOS

ANEXO I: Legislação Ambiental relacionada ao PMMA

(ATUALIZAR NA ÉPOCA DA ELABORAÇÃO DO PLANO)

Legislação Federal:

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição Federal 1988	Constituição Federal	Geral
Lei 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	Política Nacional de Meio Ambiente
Lei 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências	Mudanças Climáticas
Decreto 7.390/2010	Regulamenta os artigos 6º, 11 e 12 da Lei 12.187/ 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências	Mudanças Climáticas
Lei 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Lei 10.257/2001	Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - ESTATUTO DAS CIDADES	Política Urbana
Lei 12.651/2012	Dispõe sobre a Proteção da Vegetação Nativa – NOVO CÓDIGO FLORESTAL	Lei Florestal
Lei 12.727/2012 (antiga MP 571/2012)	Altera a Lei 12.651/2012	Lei Florestal
Decreto 2.519/98	Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica	Diversidade Biológica
Decreto 4.703/2003	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências	Diversidade Biológica
Decreto 4.339/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade	Biodiversidade
Lei 11.428/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências – LEI DA MATA ATLÂNTICA	Mata Atlântica
Decreto 6.660/2008	Regulamenta dispositivos da Lei 11.428/2006.	Mata Atlântica
Decreto 7.830/2012	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei 12.651/2012, e dá outras providências	Cadastro Ambiental Rural
Decreto 8.235/2014	Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto 7.830/2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências	Regularização Ambiental
Decreto 7.029/2009	Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente"	Regularização Ambiental
Lei Complementar 140/2011	Regulamenta o artigo 23 da Constituição Federal (cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e competência comum relativas à proteção do meio ambiente)	Competência comum - Entes Federativos
Lei 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências - SNUC	Áreas Protegidas
Decreto 4.340/2002	Regulamenta artigos da Lei 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências	Áreas Protegidas
Decreto 5.758/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências;	Áreas Protegidas
Decreto 5.092/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente	Áreas prioritárias para conservação
Lei 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis 10.683/2003, 5.868/1972, 9.605/1998, 4.771/1965, 6.938/1981, e 6.015/1973; e dá outras providências - LEI DE FLORESTAS PÚBLICAS	Concessão - Florestas Públicas
Lei 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências	Educação Ambiental
	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e	

NORMA	EMENTA	TEMA
Lei 9.605/1998	atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. – LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Crimes Ambientais
Decreto 6.514/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências	Crimes Ambientais
Lei 11.326/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	Agricultura Familiar
Decreto 6.698/2008	Declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras Santuário de Baleias e Golfinhos do Brasil	Águas Marinhas
Decreto 6.666/2008	Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, e dá outras providências	Dados Espaciais
Lei 9.790/1999	Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	OSCIPs
Decreto 3.100/1999	Regulamenta a Lei 9.790/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	OSCIPs
Decreto 6.040/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Povos e Comunidades Tradicionais
Lei 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA	Publicidade das informações
Lei 10.711/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências	Sementes e Mudanças

Regulamentos federais:

NORMA	EMENTA	TEMA
Resolução do CONAMA 003/1996	Define vegetação remanescente de Mata Atlântica, com vistas à aplicação de Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993.	Mata Atlântica
Resolução do CONAMA 10/1993	Estabelece os parâmetros para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica. (Altera a Resolução 04/1985. Complementada pelas Resoluções 01, 02, 04, 05, 06, 12, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 de 1994; 07/1996, 261/1999, 391 e 392/2007. Alterada pela Resolução 11/1993. Convalidada pela Resolução 388/2007)	Mata Atlântica
Resolução do CONAMA 338/2007	Dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no artigo 4º § 1º da Lei 11.428/2006. Essa resolução esta vigente, pois a resolução (400/2008) que a revogou, foi revogada pela 407/2009	Mata Atlântica
Resolução do CONAMA 417/2009	Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica. (Complementada pelas Resoluções nº 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447 e 453 de 2012.)	Mata Atlântica
Resolução do CONAMA 423/2010	Dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pela Mata Atlântica.	Mata Atlântica/ Campos de Altitude
Resolução do CONAMA 028/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Alagoas.	Mata Atlântica/AL
Resolução do CONAMA 005/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado da Bahia.	Mata Atlântica/BA
Resolução do CONAMA 025/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Ceará.	Mata Atlântica/CE
Resolução do CONAMA 029/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, considerando a necessidade de definir o corte, a exploração e a supressão da vegetação secundária no estágio inicial de regeneração no Estado do Espírito Santo.	Mata Atlântica/ES
Resolução do CONAMA 392/2007	Define vegetação primária e secundária de regeneração de Mata Atlântica no de Estado de Minas Gerais.	Mata Atlântica/MG
Resolução do CONAMA 030/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Mato Grosso do Sul.	Mata Atlântica/MS
Resolução do CONAMA 391/2007	Define vegetação primária e secundária de regeneração de Mata Atlântica no Estado da Paraíba.	Mata Atlântica/PB

NORMA	EMENTA	TEMA
Resolução do CONAMA 031/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Pernambuco.	Mata Atlântica/PE
Resolução do CONAMA 026/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Piauí.	Mata Atlântica/PI
Resolução do CONAMA 006/1994	Estabelece definições e parâmetros mensuráveis para análise de sucessão ecológica da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.	Mata Atlântica/RJ
Resolução do CONAMA 032/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Rio Grande do Norte.	Mata Atlântica/RN
Resolução do CONAMA 033/1994	Define estágios sucessionais das formações vegetais que ocorrem na região de Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul, visando viabilizar critérios, normas e procedimentos para o manejo, utilização racional e conservação da vegetação natural.	Mata Atlântica/RS
Resolução do CONAMA 004/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Santa Catarina;	Mata Atlântica/SC
Resolução do CONAMA 034/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado de Sergipe.	Mata Atlântica/SE
Resolução do CONAMA 001/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.	Mata Atlântica/SP
Resolução do CONAMA 002/1994	Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado do Paraná.	Mata Atlântica/PR
Resolução do CONAMA 261/1999	Aprova parâmetro básico para análise dos estágios sucessivos de vegetação de restinga para o Estado de Santa Catarina.	Restinga/SC
Resolução do CONAMA 007/1996	Aprova os parâmetros básicos para análise da vegetação de restingas no Estado de São Paulo.	Restinga/SP
Resolução do CONAMA 303/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de APPs – Áreas de Preservação Permanentes.	Área de Preservação Permanente/APP
Resolução do CONAMA 369/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente.	Área de Preservação Permanente/APP
Resolução no 429/2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs.	Área de Preservação Permanente/APP
Resolução do CONAMA 302/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.	Reservatórios Artificiais/APP
Resolução do CONAMA 357/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução do CONAMA 396/2008	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução do CONAMA 397/2008	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 357/2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. (Alterada pela Resolução 410/2009)	Recursos Hídricos
Resolução do CONABIO 04/2006	Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção.	Mudanças Climáticas
Resolução do CONABIO 03/2006	Dispõe sobre Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010.	Biodiversidade
Portaria do MMA 09/2007	Reconhece áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira	Áreas prioritárias para conservação
Instrução Normativa do ICMBIO 05/2008	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal	Unidades de Conservação
Instrução Normativa do IBAMA 62/2005	Estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes ao processo de criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.	RPPN
Resolução do CONAMA 009/1996	Define “corredor de vegetação entre remanescentes” como área de trânsito para a fauna.	Corredor Ecológico
Portaria MMA	Institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de	Fauna e Flora

NORMA	EMENTA	TEMA
43/2014:	Extinção - Pró-Espécies, com o objetivo de adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão, com vistas a minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies.	
Resolução CONABIO 05/2009	Dispõe sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras	Fauna e Flora
Portaria MMA 443/2014:	Reconhecer como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo à presente Portaria, que inclui o grau de risco de extinção de cada espécie, em observância aos artigos 6º e 7º, da Portaria 43/2014.	Flora
Instrução Normativa do MMA 03/2003	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa	Fauna
Instrução Normativa do MMA 05/2004	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa.	Fauna
Instrução Normativa do MMA 06/2008	Reconhece Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção.	Fauna
Portaria 444/2014	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos artigos 6º e 7º, da Portaria 43/2014.	Fauna
Resolução do CONAMA 425/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de e outras de uso limitado.	Agricultura familiar

Acordos Internacionais:

NORMA	EMENTA	TEMA
Convenção de Washington 12/10/1940	Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países de América.	Fauna/Flora
Convenção das Nações Unidas Sobre a Conservação da Biodiversidade – 1992	Convenção das Nações Unidas sobre a Conservação da Biodiversidade – 1992	Biodiversidade
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – 1992	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – 1992	Mudanças Climáticas

As leis e regulamentos federais podem ser encontradas nos seguintes websites oficiais:

Presidência da República: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 Ministério do Meio Ambiente - <http://www.mma.gov.br/port/conama/>
 IBAMA - <http://www.ibama.gov.br/sophia/index.html>
 ICMBIO - <http://www.icmbio.gov.br/portal/legislacao1/leis>

Legislação Estadual

(Legislação categorizada pelas regiões administrativas, relativas aos Estados englobados pela Lei nº 11.428 de 2008)

- **Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná)**

Rio Grande do Sul

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989	Em seu Capítulo IV, refere-se ao Meio Ambiente, enfatizando-se as responsabilidades do Estado	Geral
Lei n.º 13.575, de 21/12/2010	Altera a Lei n.º 10.330, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências.	Política Estadual do Meio Ambiente
Lei nº 10.330, de 27/12/1994	Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências.	Política Estadual do Meio Ambiente
Decreto nº 23.082 de 26/04/1974	Institui a Política Estadual de Proteção Ambiental, organiza sob a forma de sistema as atividades de proteção do meio ambiente e dá outras providências	Política Estadual de Proteção Ambiental
Lei nº 10.350, de 30/12/1994	Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 12.037, de 19/12/2003.	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e estabelece outras providências.	Política Estadual de Saneamento
Lei nº 14.528, de 16/04/2014	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências	Política Estadual de Resíduos Sólidos
Lei n.º 13.594, de 30/12/2010	Institui a Política Gaúcha sobre Mudanças Climáticas	Política Gaúcha de Mudanças Climáticas
Decreto nº 53.180, de 30/08/2016	Institui Comitê Gestor da Política Estadual de Conservação do Solo e da Água.	Política Estadual de Conservação do Solo e da Água
Lei n.º 13.597, de 30/12/2010.	Dá nova redação à Lei n.º 11.730, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, no Estado do Rio Grande do Sul, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 4.281, de 25 de junho de 2002.	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 14.663, de 30/12/2014	Institui a Política Estadual de Cultura Viva, destinada a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes Grupos e Coletivos e dá outras providências.	Política Estadual de Cultura Viva
Lei nº 11.520, de 03/08/2000	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	Código Estadual do Meio Ambiente
Lei nº 9.519, de 21/01/1992	Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul
Lei nº 11.915, de 21/05/2003	Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais	Código Estadual de Proteção aos Animais
Lei nº 5.997 de 03/08/1970	Proíbe o corte de Pinheiros nas reservas florestais do Estado e dá outras providências	Mata Atlântica
Decreto nº 36.636 de 03/05/1996	Delimita a área de Mata Atlântica a que se refere o artigo 38 da Lei 9.519, de 21/01/1992, que instituiu o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul	Mata Atlântica
Resolução CONSEMA nº 360/2017	Estabelece diretrizes ambientais para a prática da atividade pastoril sustentável sobre remanescentes de vegetação nativa campestre em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal no Bioma Pampa.	Pampa
Lei nº 14.727, de 24/08/2015	Institui a Semana Estadual dos Direitos Animais no Rio Grande do Sul.	Fauna
Lei nº 14.763, de 23/11/2015	Dispõe sobre a criação, o comércio e o transporte de abelhas sem ferrão - meliponíneas - no Estado do Rio Grande do Sul.	Fauna
Decreto Estadual 53.902 de 30/01/2018	Altera o Decreto 51.797 de 08 de setembro de 2014 que declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no RS.	Fauna
Lei Ordinária nº 11.498 de 04/07/2000	Altera o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul no que se refere ao uso do fogo ou queimadas em vegetação existentes em áreas de pousio	Áreas de pousio
Lei nº 11.731, de 9/01/2002.	Dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.	Regularização Fundiária

NORMA	EMENTA	TEMA
Lei nº 12.101, de 27/05/2004	Dispõe sobre a sinalização de locais de interesse ecológico	Meio Ambiente
Lei nº 12.995, de 24/06/2008	Dispõe acerca do acesso a informações sobre o meio ambiente e dá outras providências	Meio Ambiente
Lei nº 13.761, de 15/07/2011	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA -, e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA-RS	Cadastro Ambiental/Fiscalização
Decreto nº 47.137 de 30/03/2010	Institui o Programa Estadual de Recuperação de áreas de preservação permanente - APPs - e reserva legal, denominado Ambiente Legal, e dá outras providências	Programa Estadual Ambiente Legal
Decreto nº 52.431, de 23/06/2015	Dispõe sobre a implementação do Cadastro Ambiental Rural e define conceitos e procedimentos para a aplicação da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no Estado do Rio Grande do Sul.	CAR
Lei nº 11.877, de 26/12/2002	Dispõe sobre a imposição e gradação da penalidade ambiental e dá outras providências.	Penalidade Ambiental
Lei nº 13.693, de 18/01/2011	Dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal.	Defesa Sanitária Vegetal
Decreto nº 53.755 de 17/10/2017	Regulamenta a Lei nº 13.693, de 18 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do RS	Defesa Sanitária Vegetal
Lei nº 14.244, de 27/05/2013	Institui o Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada - "Mais Água, Mais Renda".	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada
Lei nº 14.285, de 05/08/2013	Altera a Lei nº 8.676, de 14 julho de 1988, que determina a obrigatoriedade de demarcação das áreas de pesca, lazer ou recreação, nos municípios com orla marítima, lacustre ou fluvial	Cadastro Ambiental
Lei nº 14.738, de 24/09/2015	Altera a Lei nº 12.069, de 22 de abril de 2004, que dispõe sobre a gestão de recursos e dá outras providências	Gestão Ambiental
Decreto nº 52.988, de 14/04/2016	Altera o Decreto nº 49.255, de 21 de junho de 2012, que institui Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio Grande do Sul - CEZEE/RS.	Zoneamento Ecológico-Econômico
Decreto nº 53.037, de 20/05/2016	Institui e regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
Lei 15.034/2017	Dispõe sobre trabalho voluntário nas UCs do Estado.	Unidades de Conservação
Decreto nº 41.498 de 25/03/2002	Dispõe sobre o procedimento administrativo de reconhecimento, demarcação e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos do Estado	Comunidades remanescentes de quilombos
Decreto nº 43.957 de 08/08/2005	Cria e institui o órgão gestor da Política Estadual de Educação Ambiental	Educação Ambiental
Decreto nº 53.063, de 9/06/2016	Institui o Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado e o Posto Avançado.	Licenciamento Ambiental
Decreto nº 53.862, de 28/12/2017	Regulamenta o cadastro florestal estadual e o licenciamento ambiental de empreendimentos de silvicultura de florestas plantadas	Licenciamento Ambiental
Decreto 53.862 de 28/12/2017	Regulamenta o Cadastro Florestal Estadual e o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Silvicultura de Florestas Plantadas	Cadastro/Licenciamento Ambiental
Decreto nº 52.580, de 30/09/2015	Institui Grupo de Trabalho para elaboração de estudos técnico-científicos para o exercício do controle ambiental da pesca, o consumo sustentável, o manejo ecológico das espécies, a proteção da ictiofauna marinha e o licenciamento de atividade pesqueira no âmbito estadual.	Licenciamento Ambiental/Atividade pesqueira
Decreto nº 53.123, de 05/07/2016	Institui Grupo de Trabalho interdisciplinar com a finalidade de elaborar regimento para o manejo sustentável da pesca artesanal profissional, no âmbito da Lagoa dos Patos, de exemplares da espécie "bagre".	Atividade Pesqueira
Decreto nº 52.931, de 07/03/2016	Dispõe sobre os procedimentos para a Outorga do Direito de Uso da Água e obtenção de Alvará de Obra de Reservatórios em empreendimentos de irrigação, bem como sobre procedimentos para acompanhamento da Segurança de Barragens.	Uso da Água
Decreto nº 52.932, de 08/03/2016	Institui o Fórum Estadual de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas	Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas
Decreto nº 53.160, de 3/08/2016	Institui o Programa Gaúcho de Energias Renováveis - RS Energias Renováveis	Programa Gaúcho de Energias Renováveis
Decreto nº 53.175, de 25/08/2016	Regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública Estadual e as organizações da sociedade civil, previsto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.	Sociedade Civil

NORMA	EMENTA	TEMA
Decreto 53.885 de 16/01/2018	Institui subdivisão das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul em Bacias Hidrográficas	Bacias Hidrográficas
Decreto Estadual 51.903 de 30/01/2018	Regulamenta as áreas reconhecidas como Reserva da Biosfera.	Reserva da Biosfera
Decreto Estadual 53.911 de 07/02/2018	Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.	Secretaria do Meio Ambiente
Resolução CONSEMA nº 297/2015	Aprova o Plano Estadual de Resíduos Sólidos	Plano Estadual de Resíduos Sólidos

Mais informações:

- Site da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

<http://www.sema.rs.gov.br/legislacao-ambiental>

Santa Catarina

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989	Em seu Capítulo VI, refere-se ao Meio Ambiente, enfatizando-se as responsabilidades do Estado	Geral
Lei nº 9.748, de 30/11/1994	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 16.342 de 21/01/2014	Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do meio Ambiente	Código Estadual do Meio Ambiente
Lei nº 13.558, de 17/11/2005	Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental - PEEA	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 13.517, de 04/10/2005	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e estabelece outras providências.	Política Estadual de Saneamento
Lei nº 14.829, de 11/08/2009	Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina	Política Estadual de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável
Lei nº 15.133, de 19/01/2010	Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.	Política Estadual de Serviços Ambientais
Lei nº 15.736, de 11/01/2012	Dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no Estado de Santa Catarina e adota outras providências	Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura
Lei nº 16.021, de 6/06/2013	Institui a Semana Catarinense de Conscientização do Bioma Mata Atlântica. Esta será comemorada, anualmente, na semana que contemplar o dia 27 de maio, Dia Nacional da Mata Atlântica	Mata Atlântica
Resolução CONSEMA nº 013, de 28/10/2008	Dispõe sobre parâmetros básicos para análise dos estágios sucessionais da vegetação dos campos de altitude associados à Floresta Ombrófila Mista, e à Floresta Ombrófila Densa	Mata Atlântica
Lei nº 14.221, de 03/12/2007	Autoriza o Poder Executivo a proceder à supressão de árvores em faixas de domínio das rodovias estaduais e estabelece outras providências	Supressão de Vegetação
Resolução CONSEMA nº 008, de 14/09/2012	Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras no estado de Santa Catarina e dá outras providências.	Fauna
Decreto nº 3.726, de 14/12/2010	Regulamenta o Programa Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina - ProEEA/SC.	Programa Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 15.724, de 04.01.2012	Institui o Dia Catarinense da Educação Ambiental	Educação Ambiental
Lei nº 14.889, de 22/10/2009	Autoriza o Governo do Estado a criar o Selo de Responsabilidade Ambiental para os municípios ecologicamente corretos, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e fixa outras providências.	Responsabilidade Ambiental
Lei nº 8.039, de 23/07/1990	Cria a Companhia de Polícia Florestal CPF e dispõe sobre as atribuições da Polícia Militar na guarda das reservas florestais e dos mananciais	Polícia Florestal
Lei nº 14.601, de 29/12/2008	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.	Fiscalização Ambiental
Lei nº 12.548, de	Torna obrigatória a publicação da relação dos estabelecimentos	Fiscalização Ambiental

NORMA	EMENTA	TEMA
20/12/2002	multados por poluição e degradação ambiental.	
Decreto nº 2.954, de 20.01.2010	Disciplina o procedimento administrativo de fiscalização ambiental dos órgãos executores do Sistema Estadual de Meio Ambiente - SEMA e institui o Comitê de Julgamento - CJ e o Comitê Central de Julgamento - CCJ.	Fiscalização Ambiental
Lei nº 15.940, de 20/12/2012	Altera a Lei nº 14.262, de 2007, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais.	Licenciamento Ambiental
Lei nº 13.973, de 26/01/2007	Dispõe sobre a concessão e/ou renovação de licença ambiental a empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental regional ou local	Licenciamento Ambiental
Lei nº 13.972, de 26/01/2007	Dispõe sobre a dispensa de Estudo de Impacto Ambiental - EIA, e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a atividade de pequeno porte de extração de carvão mineral a céu aberto, em áreas remanescentes mineradas em subsolo e a céu aberto, de até cinco hectares.	Licenciamento Ambiental
Lei nº 13.674, de 09/01/2006	Dispõe sobre a dispensa de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a atividade de extração mineral classe II, em área de preservação permanente de até cinco hectares, em empreendimentos regularmente licenciados anteriormente à publicação da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	Licenciamento Ambiental
Decreto nº 2.955, de 20/01/2010	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental a ser seguido pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, inclusive suas Coordenadorias Regionais - CODAMs, e estabelece outras providências.	Licenciamento Ambiental
Lei nº 14.652, de 13/01/2009	Institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental e estabelece outras providências. Alguns artigos alterados pela Lei 16.344/14; 17.451/18	Licenciamento Ambiental – Usinas Hidrelétricas
Decreto nº 326, de 28/05/2007	Estabelece condições para isenção do licenciamento Ambiental de assentamentos da Reforma Agrária pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, e estabelece outras providências.	Licenciamento Ambiental/Assentamentos de Reforma Agrária
Decreto nº 2.219, de 03/06/2014	Regulamenta o Capítulo IV-B do Título IV da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a redação dada pela Lei nº 16.342, de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR)	CAR
Decreto nº 917, de 11/04/2012	Altera dispositivo do Decreto nº 398, de 28 de julho de 2011, que estabelece cadastro ambiental para atividades de plantio, cultivo, florestamento e reflorestamento e de projeto agrícola nas áreas rurais que menciona.	Cadastro Ambiental
Decreto nº 3.094, de 15/03/2010	Disciplina o cadastramento ambiental das atividades não licenciáveis, mas consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental.	Cadastro Ambiental
Resolução CONSEMA nº 003, de 27/11/2009	Estabelece prazo para a adequação do cadastramento das atividades de florestamento e reflorestamento de essências arbóreas, por pequenas propriedades rurais ou posse rural familiar.	Cadastramento/Pequenos Produtores
Decreto nº 402, de 21/10/2015	Regulamenta o Capítulo IV -A do Título IV da Lei nº 14.675, de 2009, implantando o Programa de Regularização Ambiental (PRA), e estabelece outras providências.	Programa de Regularização Ambiental
Decreto nº 3.954, de 30/01/2002	Dispõe sobre a criação da Unidade de Coordenação da Estrutura Executiva do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRAPEM/Microbacias 2 e dá outras providências.	Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
Decreto nº 282, de 29/05/2003	Dispõe sobre a inclusão da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – CPPA, como órgão executor no Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Prapem/Microbacias 2	Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
Decreto nº 3.639, de 17/11/2010	Altera o art. 6º do Decreto nº 3.343, de 23 de junho de 2010, que cria o Comitê de Política Pública com foco na Gestão do Turismo Sustentável nas Unidades de Conservação de Santa Catarina, sob a administração da Fundação do Meio Ambiente - FATMA.	Comitê de Política Pública
Decreto nº 620, de 27/08/2003	Institui o Programa de Descentralização das Ações de Gestão Ambiental no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.	Gestão Ambiental
Decreto nº 1.468, de 31/01/2018	Institui o Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana (REURB-SC) e estabelece outras providências.	Programa de Regularização Fundiária Urbana
Resolução CONSEMA nº 015, de 25/01/2013	Reconhece e dá publicidade a atribuição dos municípios para o exercício do Licenciamento Ambiental de atividades com impacto ambiental local, suinocultura e avicultura.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA nº 014, de 14/12/2012	Aprova a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental de impacto local para fins	Licenciamento Ambiental

NORMA	EMENTA	TEMA
	do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal e dispõe da possibilidade dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente definirem outras atividades de impacto local não previstas nas Resoluções do CONSEMA.	
Resolução CONSEMA nº 013, de 23/01/2013	Aprova a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental passíveis de licenciamento ambiental no Estado de Santa Catarina e a indicação do competente estudo ambiental para fins de licenciamento.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA nº 002, de 04/04/2012	Lista e dá publicidade aos municípios que exercem a atribuição de licenciar atividade com impacto ambiental local.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA nº 007, de 08/08/2011	Habilita o Município para a realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA nº 010, de 17/12/2010	Lista as ações e atividades consideradas de baixo impacto ambiental, para fins de autorização ambiental pelos órgãos ambientais competentes, no Estado de Santa Catarina, quando executadas em Área de Preservação Permanente - APP.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA nº 014, de 28/10/2008	Dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos com características urbanas, condomínios e empreendimentos turísticos sustentáveis, em zona rural.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA nº 003, de 29/04/2008	Aprova a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental passíveis de licenciamento ambiental pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA e a indicação do competente estudo ambiental para fins de licenciamento.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA nº 001, de 22/11/2008	Dispõe sobre a instituição, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável e nos órgãos vinculados, sugestão de medidas internas destinadas à adoção de rotinas administrativas ecologicamente sustentáveis e à conscientização institucional para a preservação ambiental.	Conscientização Institucional

Mais informações:

- Site da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina:

http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao

- Site da Fundação de Meio Ambiente (FATMA): <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/legislacao>

Paraná

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Paraná, de 5 de outubro de 1989	Em seu Capítulo V, refere-se ao Meio Ambiente, enfatizando-se as responsabilidades do Estado	Geral
Lei Estadual nº 1.211, de 16 de setembro de 1953	Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná	Patrimônio Estadual
Lei Estadual nº 6.513, de 18 de dezembro de 1973	Dispõe sobre a proteção dos Recursos Hídricos contra agentes poluidores e dá outras providências	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de 1999	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 7.109, de 17 de janeiro de 1979	Institui o Sistema de Proteção Ambiental e adota outras providências	Sistema de Proteção Ambiental
Lei Estadual nº 7.978, de 30 de novembro de 1984	Institui o Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente, que tem como atribuições participar da formulação da Política do Meio Ambiente, incentivar a criação e desenvolvimento de reservas e parques naturais e participar da elaboração, junto aos poderes públicos de todos os atos legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente. - Lei nº 8.289 de 07 de Maio de 1986: dá nova redação ao art. 2º. da Lei nº. 7.978	Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente
Lei Estadual nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995	Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado do Paraná	Lei Florestal Estadual
Lei Complementar Estadual nº 59, de 1º de outubro de 1991	Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art.2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências. - Alterada pela Lei Complementar nº 170 de 31 de Março de 2014	ICMS Ecológico
Decreto Estadual nº 1.940, de 3 de junho de 1996 - Regulamenta a Lei n.º 10.155 de 1.º de	Reposição Florestal Obrigatória no Estado do Paraná.	Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória

NORMA	EMENTA	TEMA
dezembro de 1992 e a Lei nº 11.054 de 11 de Janeiro de 1995		
Decreto Estadual nº 3.446, de 14 de agosto de 1997	Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) abrangendo porções territoriais do Estado caracterizadas pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal"	Sistema Faxinal – Áreas Especiais de Uso Regulamentado
Decreto nº 272 de 7 de março de 2007	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF	Desenvolvimento Rural
Lei nº 17.425 de 18 de junho de 2012	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, e dá outras providências.	Comunidades Tradicionais
Resolução Sema nº 28, de 17 de agosto de 1998	Implementa, no Estado do Paraná, o Programa de Substituição de Florestas Homogêneas com Espécies Exóticas localizadas às margens de rios e cursos d'água, por Florestas Heterogêneas com Espécies Nativas, apropriadas ao desempenho da função de preservação permanente.	APP
Decreto Estadual nº 387, de 3 de março de 1999	Institui o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente, integrado ao Programa de Conservação da Biodiversidade (Rede da Biodiversidade), Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória (SERFLOR), Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal (PRODEFLO) e Programa Florestas Municipais.	Reserva Legal e APP
Decreto Estadual nº 3.320, de 12 de julho de 2004	Aprova os critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao Sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva legal e áreas de preservação permanente – SISLEG, instituído pelo Decreto nº 387/99, visando aperfeiçoar a sua gestão para o Estado do Paraná.	Reserva Legal e APP
Portaria IAP nº 233, de 26 de novembro de 2004	Aprova os mecanismos de operacionalização aplicáveis ao Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente – SISLEG, no âmbito do IAP, para o Estado do Paraná	Reserva Legal e APP
Orientação Técnica IAP/DIBAP nº 04, de 17 de novembro de 2009	Com o objetivo de complementar a base de informações digitais de uso de solo dos imóveis submetidos a processos de SISLEG, define-se a partir da publicação desta Instrução Técnica os requisitos para os mapas de uso do solo de imóveis submetidos a processos de SISLEG no formato impresso e no formato digital.	Reserva Legal e APP
Instrução Técnica IAP/DIBAP nº 02, de 21 de agosto de 2009	Necessidade de padronizar os procedimentos referentes a recomposição de áreas de reserva legal e de preservação permanente perante o SISLEG	Reserva Legal e APP
Resolução SEMA nº 005, de 19 de Fevereiro de 2001	Dá nova redação aos artigos 116, 117, 119, 120 e 121 da Resolução SEMA nº 031/98	Licenciamento ambiental de Empreendimentos Minerários
Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 005, de 28 de março de 2008	Define critérios para avaliação das áreas úmidas e seus entornos protetivos, normatiza sua conservação e estabelece condicionantes para o licenciamento das atividades nelas permissíveis no Estado do Paraná	Licenciamento Ambiental
Portaria IAP nº 158, de 10 de setembro de 2009	Aprova a Matriz de Impactos Ambientais Provocáveis por Empreendimentos/ Atividades potencial ou efetivamente impactantes, respectivos Termos de Referência Padrão e dá outras providências	Licenciamento Ambiental
Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 01, de 7 de janeiro de 2010	Altera a metodologia para a gradação de impacto ambiental visando estabelecer critérios de valoração da compensação referente a unidades de proteção integral em licenciamentos ambientais e os procedimentos para a sua aplicação	Licenciamento Ambiental e Compensação Ambiental
Portaria IAP nº 38, de 3 de março de 2010	Estabelece critérios para composição e qualificação de Equipe Técnica Multidisciplinar de Consultores e Empresas de Consultoria Ambiental, responsáveis pela elaboração de Estudos Prévios de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente	Licenciamento Ambiental
Portaria IAP nº 192, de 2 dezembro de 2005	Normatiza o processo de eliminação e controle de espécies vegetais exóticas	Espécies Vegetais Exóticas
Resolução Conjunta SEMA/IAP/SUDERHSA nº 01, de 21 de agosto de 2006	Estabelece requisitos, critérios técnicos e procedimentos para a impermeabilização de áreas destinadas a implantação de Aterros Sanitários, visando à proteção e a conservação do solo e das águas subterrâneas	Resíduos Sólidos
Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007	Artigos 23, 24 e 25 - Estabelecem normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná. - Alguns artigos revogados pela Lei nº 19188 de 26 de Outubro de 2017	Administração pública

NORMA	EMENTA	TEMA
Decreto Estadual nº 1.529, de 2 de outubro de 2007	Dispõe sobre o Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná, atualiza procedimentos para a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs.	Conservação em Terras Privadas e RPPNs
Lei Estadual nº 16242 de 13 de Outubro de 2009	Cria o Instituto das Águas do Paraná, conforme especifica e adota outras providências	Instituto das Águas do Paraná
Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 07, de 18 de abril de 2008	Regulamenta a exploração eventual de espécies arbóreas nativas em remanescentes de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em ambientes agropastoril e em áreas urbanas	Mata Atlântica
Portaria IAP nº 19, de 17 de janeiro de 2009	Institui o Comitê Estadual para implementar o Programa do Estado do Paraná para Espécies Exóticas Invasoras	Espécies Exóticas Invasoras
Portaria IAP nº 125, de 7 de agosto de 2009	Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências	Espécies Exóticas Invasoras
Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 05, de 29 de setembro de 2009	Estabelece e define o mapeamento das Áreas Estratégicas para a Conservação e a Recuperação da Biodiversidade no Estado do Paraná e dá outras providências	Conservação
Lei Estadual nº 17134 de 25 de Abril de 2012	Institui o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito	PSA
Lei Estadual nº 18295 de 10 de Novembro de 2014	Instituição, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, do Programa de Regularização Ambiental das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. - <u>Art. 68. Revoga:</u> I – o art. 7º da Lei nº 11.054, de 1995; II – o art. 63 da Lei nº 11.054, de 1995; III – o inciso VIII do § 3º do art. 2º da Lei nº 12.945, de 5 de setembro de 2000.	Programa de Regularização Ambiental
Lei Complementar nº 170 de 31 de Março de 2014	Altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.	ICMS Ecológico

Mais informações:

- Sistema Estadual de Legislação do Estado do Paraná pode ser acessado no site da Casa Civil: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/entradaSite.do?action=iniciarProcesso>
- A Legislação Ambiental, categorizada por assuntos, pode ser no site do Instituto Ambiental do Paraná: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=276>

• Região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro)

São Paulo

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado de São Paulo de 1989	Em seu Capítulo IV, refere-se ao Meio Ambiente, Recursos Naturais e Saneamento, documento em que é prevista a participação da sociedade na proteção ambiental e que são estabelecidas normas reguladoras próprias de defesa ao meio ambiente	Geral
Lei nº 7.663 de 30/12/1991	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 9.509, de 20/03/1997	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei nº 12.780 de 30/11/2007	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 13.798 de 09/11/2009	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, dispondo sobre as condições para as adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas, bem como contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera	Política Estadual de Mudanças Climáticas
Lei nº 9.757, de 15/09/1997	Dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos remanescentes das comunidades de quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal	Comunidades Remanescentes de Quilombos
	Nega, liminarmente, quaisquer pedidos de supressão de Mata	

NORMA		EMENTA	TEMA
Portaria DPRN nº 1 de 03/01/1985		Natural, Cerradão, Cerrado ou de Vegetação Sucessora nos quais, a critério da autoridade florestal competente, esteja caracterizado desmembramento proveniente de reserva legal de gleba de área maior, decorrente de atos de transmissão "intervivos" ou "causamortis	Cerrado
Resolução	Conjunta	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração de Mata Atlântica	Mata Atlântica
Resolução	Conjunta	Regulamenta o Art. 4º do Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica	Mata Atlântica
Decreto nº 39.473 de 07/11/1994		Estabelece normas de utilização das várzeas	Várzeas
Resolução	Conjunta	Disciplina a forma e os requisitos para as autorizações para exploração das áreas de várzeas no Estado de São Paulo	Várzeas
SAA/SMA/SRHSO nº 4, de 11/11/1994			
Decreto 47.094 de 18/09/2002		Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, incluindo o Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, e dá providências correlatas	Mata Atlântica
Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 1, de 23/02/2005		Regula o Procedimento para o Licenciamento Ambiental Integrado às Outorgas de Recursos Hídricos	Licenciamento Ambiental
Portaria	DAEE nº 2292 de 14/12/2006	Disciplina os usos que independem de outorga de recursos hídricos superficiais e subterrâneos no Estado de São Paulo	Licenciamento Ambiental
Resolução	SMA nº	Institui o SIGMA - Sistema de Gerenciamento da Mata Atlântica e baixa diretrizes gerais para o seu pleno funcionamento e manutenção.	Mata Atlântica
Resolução	SMA nº54 de 19/12/2007	Dispõe sobre o licenciamento ambiental e regularização de empreendimentos urbanísticos e de saneamento básico considerados de utilidade pública e de interesse social	Licenciamento Ambiental
Resolução	SMA nº 7	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental das atividades de manejo de fauna silvestre, nativa e exótica	Licenciamento Ambiental
Resolução	SMA nº	Define critérios e procedimentos para a implantação de Sistemas Agroflorestais, em áreas sujeitas a restrições (Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais)	Sistemas Agroflorestais
Resolução	SMA nº	Estabelece orientação para projetos voluntários de reflorestamento para compensação de emissões de gases de efeito estufa	Restauração Florestal
Lei 13.550 de 02/06/2009		Dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo	Cerrado
Resolução	SMA nº	Dispõe sobre o detalhamento das fisionomias da Vegetação de Cerrado e de seus estágios de regeneração, conforme Lei Estadual n. 13.550, de 02.06.09, para fins de licenciamento e Fiscalização	Cerrado
Resolução	SMA nº	Estabelece os procedimentos simplificados para os pedidos de concessão de autorização para supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração na área do Bioma Mata Atlântica para implantação e roças de subsistência, inclusive em sistema de pousio, para pequenos produtores rurais e populações tradicionais, no âmbito CETESB.	Produtores rurais e Povos e Comunidades Tradicionais
Resolução	SMA nº 2	Dispõe sobre os novos processos de licenciamento ambiental em que haja supressão de vegetação, onde deverá ser exigido, como condicionante da licença, métodos adequados de operacionalização e execução da mesma.	Licenciamento Ambiental
Resolução	SMA nº 102, DE 20/12/2012	Dispõe sobre dispensa de licenciamento ambiental para as atividades de compostagem e vermicompostagem em instalações de pequeno porte, sob condições determinadas	Licenciamento Ambiental
Decisão	CETESB	Dispõe sobre procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados	Licenciamento Ambiental
Resolução	SMA nº 84, DE 12/09/2013	Dispõe sobre a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados	Licenciamento Ambiental

NORMA	EMENTA	TEMA
Deliberação ONSEMA Normativa 01/2014	Fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local	Licenciamento Ambiental
Deliberação ONSEMA Normativa 02/2014	Define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento por procedimento simplificado e informatizado, bem como autorizações.	Licenciamento Ambiental
Decisão CETESB 167/2015/C, de 13-7-2015	Procedimento para a Elaboração dos Laudos de Fauna Silvestre para Fins de Licenciamento Ambiental e/ou Autorização para Supressão de Vegetação Nativa	Licenciamento Ambiental
Resolução SMA nº 32, de 11/05/2010	Dispõe sobre infrações e sanções administrativas ambientais e procedimentos administrativos para imposição de penalidades, de forma a coibir a prática de condutas que atentem contra o meio ambiente no Estado de São Paulo.	Infrações
Decreto 59.261 de 05/06/2013	Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo - SICAR-SP tendo por objetivo, dentre outros, cadastrar e controlar as informações dos imóveis rurais, referentes a seu perímetro e localização, às áreas de remanescentes de vegetação nativa, às áreas de interesse social, às áreas de utilidade pública, às Áreas de Preservação Permanente, às Áreas de Uso Restrito, às áreas consolidadas e às Reservas Legais	SICAR
Decreto 60.133 de 07/02/2014	Declara as espécies da fauna silvestre, ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as deficientes de dados para avaliação	Fauna
Resolução SMA nº	Estabelece critérios e procedimentos para plantio, coleta e exploração sustentáveis de espécies nativas do Brasil no Bioma Mata Atlântica	Mata Atlântica
Resolução SMA nº	Dispõe sobre diretrizes e orientações para a elaboração, execução e monitoramento de Projetos de Restauração Ecológica no Estado de São Paulo. Os Projetos de Restauração Ecológica devem ser cadastrados e atualizados no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE	Restauração Ecológica
Deliberação CONSEMA nº 1 de 23/04/2014	Fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local, nos termos, respectivamente, do Art. 9º, inciso XIV, alínea "a", da Lei Complementar Federal 140/2011	Licenciamento Ambiental
Deliberação CONSEMA nº 2 de 23/04/2014	Define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento por procedimento simplificados e informatizado, bem como autorização, onde define os tipos de procedimentos simplificados para autorização de supressão de vegetação nativa, cortes de árvores isoladas e intervenção em Áreas de Preservação Permanente	Licenciamento Ambiental
Resolução SMA nº	Dispõe sobre a criação do Projeto de Fomento à Regularização Ambiental dos Pequenos Produtores de São Paulo - PFRA, com o objetivo de apoiar a regularização ambiental de imóveis rurais	Regularização Ambiental/ Pequenos Produtores
Resolução SMA nº	Define a metodologia a ser adotada em caráter experimental para a conversão das obrigações de reposição florestal e projetos de recomposição de vegetação na unidade padrão Árvore-Equivalente – AEQ	Restauração Florestal
Resolução SMA nº	Define as autorizações para manejo de fauna silvestre e implanta o Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre – GEFAU	Fauna
Resolução SMA nº93, de 14/11/2014	Institui o Sistema Estadual de Rastreabilidade de Animais Silvestres	Fauna
Resolução SMA nº	Dispõe sobre o cadastramento dos empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre no Estado de São Paulo	Fauna
Lei 15.684 de 14/01/2015	Institui o Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e posses rurais, com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental nos termos do Capítulo XIII da Lei Federal n. 12651, de 25.05.12	Regularização Ambiental
	Estabelece procedimentos a serem realizados pela Coordenadoria	

NORMA	EMENTA	TEMA
Portaria CBRN nº 3 de 11/02/2015	de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, em relação aos requerimentos de aprovação da localização de Reserva Legal, considerando a efetiva implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR	Regularização Ambiental
Portaria CBRN 01/2015	Estabelece o Protocolo de Monitoramento de Projetos de Restauração Ecológica	Restauração Ecológica
Resolução SMA nº	Cria o projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais Mata Ciliar, no âmbito do Programa de Nascentes	PSA
Resolução SMA nº 4	Disponibiliza o Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE, instituído pela Resolução SMA 32, de 03.04.14, está disponível para acesso público e gratuito no portal eletrônico do Sistema Ambiental Paulista	Restauração Ecológica
Decreto nº 61.792 de 11/01/2016	Regulamenta o Programa de Regularização Ambiental - PRA no Estado de São Paulo	Regularização Ambiental
Resolução SMA nº	Dispõe sobre a publicação da segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo, seguindo recomendação do Instituto de Botânica de São Paulo.	Flora
Resolução SMA nº	Estabelece critérios e parâmetros para a definição da compensação ambiental devida em razão da emissão de autorização, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas, e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente - APP em áreas rurais e urbanas	Licenciamento Ambiental
Resolução SMA nº	Dispõe sobre a estrutura e as funções do Programa Município VerdeAzul, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Programa Município VerdeAzul
Resolução SMA nº	Estabelece procedimentos operacionais e os parâmetros de avaliação para as Pré-certificações de junho e setembro, no âmbito do Programa Município VerdeAzul, para o exercício de 2017	Programa Município VerdeAzul
Resolução SMA nº	Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo, condomínios ou qualquer edificação em área urbana, e o estabelecimento de área permeável na área urbana para os casos que especifica.	Mata Atlântica
Resolução SMA nº 146 de 08/11/2017	Institui o Mapa de Biomas do Estado de São Paulo	Mapa de Biomas
Decreto 62.914 de 08/11/2017	Dispõe sobre a Reorganização do Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água- Programa Nascentes	Recuperação de Matas Ciliares

Mais informações:

- Resoluções da Secretaria do Meio Ambiente:

<http://www2.ambiente.sp.gov.br/legislacao/category/resolucoes-sma/>

- Mais específico sobre **Compensação Ambiental** acesse:

<http://www.ambiente.sp.gov.br/compensacao-ambiental/>

Minas Gerais

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989	Em seu Capítulo VI, refere-se ao Meio Ambiente, enfatizando-se as responsabilidades do Estado	Geral
Lei nº 10.561 de 27/12/1991	Dispõe sobre a Política Florestal no Estado de Minas Gerais.	Política Florestal Estadual
Lei nº 13.199 de 29/01/1999	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 14.968 de 12/01/2004	Dispõe sobre a Política Estadual para a promoção do uso de sistemas orgânicos de produção vegetal e animal e dá outras providências.	Política Estadual: Sistemas orgânicos de produção vegetal e animal
Lei nº 15.660 de 06/07/2005	Institui a política estadual de prevenção e combate a desastres decorrentes de chuvas intensas e dá outras providências.	Política Estadual: Desastres ambientais
Lei nº 15.973 de 12/01/2006	Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências.	Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana
Lei nº 21.156, de 17/01/2014	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar	Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar
Lei nº 18.374 de 04/09/2009	Dispõe sobre a política estadual de incentivo à formação de bancos comunitários de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulos.	Política Estadual: Sementes locais, tradicionais e crioulas
Lei nº 21.147, de 14/01/2014	Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais	Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Lei nº 18.085 de 15/04/2009	Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental.	Política Estadual: Gestão Ambiental Municipal
Lei nº 14.079 de 05/12/2001	Cria o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências.	Programa Estadual de Fomento Florestal
Lei nº 10.312 de 12/11/1990	Dispõe sobre a prevenção e o combate a incêndio florestal e dá outras providências.	Incêndio Florestal
Lei nº 10.793 de 02/07/1992	Dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Estado.	Mananciais
A Lei 14.181 de 17/01/2002	Regulamentada pelo Decreto Estadual nº 43.713, de 14 de janeiro de 2004, estabelece que os organismos vivos da fauna e da flora aquáticas existentes nos cursos d'água, lagos, reservatórios, represas e demais ambientes aquáticos, naturais ou artificiais são bens de interesse comum de todas os habitantes do Estado, sendo-lhes assegurado o direito de explorá-los, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.	Fauna e Flora
Lei nº 14.940 de 29/12/2003	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais TFAMG e dá outras providências.	Atividades Potencialmente Poluidoras e Fiscalização Ambiental
Lei nº 15.399 de 24/11/2004	Determina aos empreendimentos que menciona o encaminhamento, ao poder público, de relatório de avaliação de risco ambiental.	Licenciamento Ambiental
Lei nº 15.082 de 27/04/2004	Dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências.	Rios de preservação permanente
Lei nº 16.687 de 11/01/2007	Dispõe sobre a elaboração da Agenda 21 Estadual.	Agenda 21 Estadual
Lei nº 18.030/2009	Dispõe sobre a distribuição e o cálculo do critério Meio Ambiente, para repasse do ICMS aos municípios	ICMS Ecológico
Lei nº 21.972, de 21/01/2016	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Deliberação Normativa COPAM nº 102 de 30/10/2006	Estabelece diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os municípios visando ao licenciamento e à fiscalização de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, e dá outras providências.	Licenciamento Ambiental Municipal
Portaria IEF nº 66 de 17/09/2018	Regulamenta sobre o cancelamento da inscrição de imóvel rural no Sistema de Cadastro Ambiental Rural no âmbito do Estado de Minas Gerais – SICAR.	CAR

NORMA	EMENTA	TEMA
Decreto Estadual nº 47.344, de 23 de janeiro de 2018	Estabelece ao Instituto Estadual de Florestas – IEF a competência de administrar os dados e as informações necessários à implementação e à gestão do Cadastro Ambiental Rural – CAR no âmbito do Estado de Minas Gerais;	CAR

Mais informações:

- A Legislação Ambiental (Leis, Decretos, Resoluções, Portarias) pode ser no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

<http://www.siam.mg.gov.br/sla/action/Consulta.do>

- A respeito do histórico da legislação referente ao **ICMS Ecológico**:

<http://www.meioambiente.mg.gov.br/icms-ecologico>

- A respeito da legislação referente à **Regularização Ambiental**:

<http://www.meioambiente.mg.gov.br/regularizacao-ambiental>

- A respeito da legislação referente ao **Licenciamento Ambiental Municipal**:

<http://www.meioambiente.mg.gov.br/regularizacao-ambiental/regularizacao-ambiental-municipal>

- A respeito da legislação referente aos **Povos e Comunidades Tradicionais**:

<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/leis/legislacao-estadual/legislacao-estadual-minas-gerais/>

- A respeito do histórico da legislação de **atividades de mineração**, dado o Desastre de Mariana:

<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/2515-avancos-e-desafios-apos-rompimento-da-barragem-de-fundao>

Espírito Santo

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989	Em seu Capítulo IV, refere-se ao Meio Ambiente	Geral
Lei nº 5.361 de 30/12/1996	Dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Com as alterações das Leis nº 5.866 de 21 de junho de 1999, 6.686 de 25 de maio de 2001, 9.462 de 11 de junho 2010 e 9.901 de 30 de agosto de 2012	Política Florestal
Lei nº 9265 de 16/07/2009	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências.	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 10179/2014 de 18/03/2014	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – SIGERH/ES e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 9866, de 27/06/2012	Dispõe sobre a reformulação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – FUNDÁGUA, instituído pela Lei nº 8.960, de 18.7.2008, e dá outras providências.	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 513, de 14/12/2009	Altera o Fundo de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente - FUNDEMA, criado pela Lei Complementar nº 152, de 16.6.1999, estabelece sua forma de gestão, e dá outras providências.	Fundo de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente
Decreto nº 2638 de 16/12/2010	Regulamenta o Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUNDEMA, reformulado pela Lei Complementar nº 513, de 14/12/2009.	Fundo Estadual de Meio Ambiente
Lei nº 7058, de 23/01/2002	Dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente no âmbito da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente. <i>Alterada pela Lei nº 9.685, de 23/08/2011</i>	Fiscalização Ambiental
Decreto nº 2613 de 29/10/2010	Cria o Programa Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, denominado PREVINES, para proteção das Unidades de Conservação e seu entorno; Áreas Prioritárias para Conservação da Mata Atlântica no ES; Áreas de Preservação Permanente e estabelece as ações a serem desenvolvidas.	Incêndios Florestais
Lei nº 10098 de 16/10/2013	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTEES e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Espírito Santo – TCFAES e dá outras providências.	Licenciamento e Fiscalização ambiental
Decreto nº 4039 de 08/12/2016	Atualiza as disposições sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente - SILCAP.	Licenciamento Ambiental
Lei Estadual nº 10.094/2013	Estabelece normas para a utilização pública dos Parques Estaduais.	Parques Estaduais
Instrução Normativa IEMA nº 10/2010	Autorização de Manejo de Fauna Silvestre (AMF): licenciamento das atividades com Fauna em Cativeiro, Silvestre e/ou Exótica	Fauna
Lei nº 10.583 de 18/10/2016	Altera a Lei nº 9.864, de 26 de junho de 2012, que dispõe sobre a	PSA

NORMA	EMENTA	TEMA
	reformulação do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA no Estado.	
Decreto nº 4021-R, de 19/10/2016	Altera o Decreto nº 3.182-R, de 20/12/2012, que dispõe sobre o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA.	PSA

Mais informações:

- Toda a Legislação Ambiental do Estado está integrada em um único sistema:

<http://servicos.iema.es.gov.br/legislacao/>

- A respeito da legislação referente ao **Licenciamento Ambiental Municipal**:

<https://iema.es.gov.br/licenciamento-pelos-municipios>

Rio de Janeiro

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989	Em seu Capítulo VIII, refere-se ao Meio Ambiente, onde são estabelecidas normas reguladoras próprias de defesa ao meio ambiente	Geral
Lei estadual nº 650, de 11 de janeiro de 1983	Dispõe sobre a Política Estadual de Defesa e Proteção das Bacias Fluviais e Lacustres do rio de janeiro	Política Estadual de Defesa e Proteção das Bacias Fluviais e Lacustres
Lei estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; regulamenta a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso vii; e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 3325 de 17 de dezembro de 1999.	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o programa estadual de educação ambiental	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 4191, de 30 de setembro de 2003	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.	Política Estadual de Resíduos Sólidos
Lei estadual nº 5.690, de 14 de abril de 2010	Institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.	Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável
Lei estadual nº 2.049, de 22 de dezembro de 1992	Dispõe sobre a proibição de queimadas da vegetação no estado do Rio de Janeiro em áreas e locais que especifica e dá outras providências.	Queimadas
Lei estadual nº 3.346, de 29 de dezembro de 1999	Autoriza o poder executivo a criar o Banco de Dados Ambientais – BDA	Banco de Dados Ambientais
Lei estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no estado do rio de janeiro, e dá outras providências	Fiscalização Ambiental
Lei estadual nº 3.900, de 19 de julho de 2002	Institui o Código Estadual de proteção aos animais, no âmbito do estado do rio de janeiro.	Fauna
Lei estadual nº 5.067, de 09 de julho de 2007	Dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico do estado do rio de janeiro e definindo critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica no estado do rio de janeiro.	ZEE
Lei estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto Estadual do Ambiente – INEA e sobre outras providências para maior eficiência na execução das políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e florestais.	INEA
Lei estadual nº 5.803, de 20 de agosto de 2010	Cria o Programa Estadual de certificação de unidades produtivas familiares do estado do rio de janeiro.	Agricultura Familiar
Decreto estadual nº 40.909, de 17 de agosto de 2007	Dispõe sobre a reserva particular do patrimônio natural - RPPN - como unidade de conservação da natureza de proteção integral no território do estado do rio de janeiro, estabelece critérios e procedimentos administrativos para a sua criação e estímulos e	RPPN

Mais informações:

- Legislação completa do PMMA Rio de Janeiro:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5362058/4140303/PMMARJANEXOS.pdf>

- Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: <http://conhecimento.tjrj.ius.br/web/portal-conhecimento/legislacao>

- A respeito do **Fundo da Mata Atlântica** e questões relacionadas à **Compensação Ambiental** acesse: <http://fmarj.org/legislacao>

- **Região Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí)**

Bahia

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado da Bahia de 1989	Em seu Capítulo VIII, refere-se ao Meio Ambiente, Recursos Naturais e Saneamento	Geral
Lei nº 7.799 de 07/01/2001	Institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas as suas formas	Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais
Lei nº 10.431 de 20/12/2006	Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências	Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade
Decreto nº 11.235 de 10/10/2008	Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008, que altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas, e dá outras providências.	Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade
Lei nº 11.612 de 08/10/2009	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências	Política Estadual de Recursos Hídricos
Resolução CONERH nº 80/11	Altera a Resolução nº43, que institui a divisão hidrográfica estadual em Regiões de Planejamento e Gestão das Águas	Recursos Hídricos
Decreto nº 10.969/08	Institui a coordenação do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro e a comissão técnica do Estado da Bahia para o acompanhamento do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla - CTE/BA).	Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro
Lei nº 11.478 de 01 de julho de 2009	Aprova o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e dá outras providências	Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais
Decreto nº 12.071/10	Regulamenta o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais	Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais
Lei nº 11.476/07/2009	Dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, sobre o uso e ocupação na Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona de Manejo Especial da APA do Litoral Norte, e dá outras providências	Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia
Lei nº 12.056 de 07/01/2011	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 12.050 de 07/01/2011	A Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia norteará a elaboração do Plano Estadual sobre Mudança do Clima, dos planos municipais, bem como de outros planos, programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à mudança do clima, em consonância com a Política e o Plano Nacional	Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia
Lei nº 13.223 de 12/01/2015	Institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências.	Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais
Decreto nº 12.228/10	Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado da Bahia (CERBMA-BA)	Mata Atlântica

NORMA	EMENTA	TEMA
Portaria INEMA nº 7842 de 08/07/2014	Estabelece critérios e procedimentos para realização de pesquisas no âmbito das Unidades de Conservação instituída pelo poder público do Estado da Bahia, com exceção das APA e RPPN, e dá outras providências.	Unidades de Conservação
Resolução CEPRAM nº 4.327/13	Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas	Licenciamento Ambiental
Lei nº 11.897 de 16/03/2010	Cria o Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia – COPIBA, na estrutura da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, com a finalidade de formular diretrizes para a Política Estadual de Proteção aos Povos Indígenas, acompanhar, fiscalizar e avaliar os programas e ações governamentais, garantindo os direitos constitucionalmente assegurados aos povos indígenas	Povos Indígenas
Decreto nº 12.433/10	Cria a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT).	Povos e Comunidades Tradicionais
Lei nº 12.372, de 23 de dezembro de 2011	Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar - PEATER e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - PROATER, e dá outras providências	Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
Decreto nº 11.850 de 23 de novembro de 2009	Institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos e dispõe sobre a identificação, delimitação e titulação das terras devolutas do Estado da Bahia por essas comunidades, de que tratam o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado da Bahia de 1989.	Comunidades Quilombolas
Lei nº 12.910, de 11 de outubro de 2013	Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências.	Comunidades Quilombolas
Decreto nº 14.720, de 29 de agosto de 2013	Institui, no âmbito do Poder Executivo, a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra.	Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra
Decreto nº 15.031 de 04 de abril de 2014	Institui o Fórum Estadual Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta da Bahia.	Mulheres do Campo e da Floresta
Decreto nº 15.634, de 6 de novembro de 2014	Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, altera o Decreto nº 13.247, de 30 de agosto de 2011, e dá outras providências.	Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014	Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia e dá outras providências.	Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa

Mais informações:

- A legislação ambiental resumida pode ser acessada no site do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá): <http://www.gamba.org.br/legislacao-ambiental>
- O site da Secretaria do Meio Ambiente traz as leis, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=319>
- Para acessar as pautas, atas, relatórios e resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM) clique aqui: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/2015/07/10531/Conselho-Estadual-do-Meio-Ambiente-CEPRAM.html>
- Destaque para o Plano Municipal da Mata Atlântica de Porto Seguro (BA) que traz, como anexo, a Legislação Federal, Estadual, Municipal e “**Legislação Indigenista com abordagem socioambiental**”. Clique aqui para acessar: <http://pmma.etc.br/biblioteca/?mdocs-cat=mdocs-cat-16&mdocs-att=null>

Sergipe

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado de Sergipe de 1989	Em seu Capítulo IV, refere-se ao Meio Ambiente.	Geral
Lei nº 5.858, de 22/03/2006	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, e dá providências correlatas.	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei nº 5.360, de 04/06/2004	Dispõe sobre o Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe – FUNDEMA e dá outras providências.	Fundo de Defesa do Meio Ambiente
Lei nº 3.870, de 25/10/1997	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 4.600, de 13/09/2002	Altera o art. 12, inciso IV, e o art. 13 da Lei nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e cria o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá providências correlatas	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 18.099, de 26/05/1999	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH/SE, e dá providências correlatas.	Recursos Hídricos
Lei nº 5.858, de 28/03/2006	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 3.117, de 19/12/1991	Altera o art. 1º. da Lei n.º. 2.683, de 16.09.88, que protege as áreas de mangue no Estado de Sergipe, e dá outras providências.	Manguezal
Decreto nº 23.462, de 03/11/2005	Dispõe normas sobre intervenção de baixo impacto ambiental em áreas de preservação permanente, no âmbito do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA Nº01/2006	Estabelece critérios para definição e ampliação das medidas de compensação ambiental de atividades, obras ou empreendimentos de significativo impacto ambiental, das atuações ambientais transacionadas e dos usos legais de área de preservação permanente.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA Nº02/2005	Dispõe sobre a descentralização do Sistema de Gestão Ambiental no Estado, visando o licenciamento ambiental das atividades de impacto local, e a correspondente fiscalização pela esfera municipal.	Licenciamento Ambiental
Decreto nº 24.039, de 10/10/2006	Dispõe sobre a criação e constituição do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga no Estado de Sergipe – CERBCa/SE, e dá providências correlatas.	Caatinga
Decreto nº 18.638, de 21/02/2000	Constitui Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica de Sergipe.	Mata Atlântica
Lei nº 5.497, de 23/12/2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade do Conselho Estadual de Educação estabelecer e normatizar as Diretrizes Operacionais, para a inclusão nos currículos da Educação Básica das Redes Pública e Particular do Estado de Sergipe o ensino obrigatório da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", conforme a Lei Federal 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e dá outras providências.	Povos e Comunidades Tradicionais
Lei nº 8167, de 01/12/2016	Institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da Agrobiodiversidade no Estado de Sergipe.	Agrobiodiversidade

Mais informações:

- O site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos traz a legislação ambiental, decretos estaduais e resoluções dos conselhos de meio ambiente e recursos hídricos:

http://www.semarnh.se.gov.br/?page_id=57

- O site da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese) também traz um levantamento da legislação, e especificamente sobre saneamento e gás canalizado:

http://www.agrese.se.gov.br/pagina.jsp?id_paq=6

Alagoas

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado de Alagoas de 1989	Em seu Capítulo V, refere-se ao Meio Ambiente.	Geral
Lei nº 4.090/79, de 05/12/1979	Dispõe sobre a Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.	Meio Ambiente
Lei nº 5.965 de 10/11/1997	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. Institui o Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos. Cria o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos. Cria o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Institui o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 7.094 de 02/11/2009	Dispõe sobre a conservação e proteção das águas subterrâneas de domínio no Estado de Alagoas.	Águas subterrâneas
Decreto nº 06 de 23/01/2001	Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos no Estado de Alagoas.	Recursos Hídricos
Decreto nº 20.029 de 17/05/2012	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Decreto nº 658 de 17/05/2002	Consolida o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Lei nº 7804 de 17/06/2016	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, e dá outras providências.	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 4.682/85, de 17/07/1985	Declara protegidas as Áreas com vegetação de Mangue no Estado de Alagoas e dá outras providências.	Manguezal
Lei nº 6.061/98, de 26/10/1998	Veda a instalação de empreendimentos nas bacias mananciais de Alagoas.	Licenciamento Ambiental
Lei nº 6841/07, de 23/07/2007	Dispõe sobre o comércio ilegal de madeiras no estado de Alagoas e dá outras providências.	Comércio ilegal de madeiras

Mais informações:

- O site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos traz a legislação ambiental, decretos estaduais e resoluções dos conselhos de meio ambiente e recursos hídricos:

<http://www.semah.al.gov.br/aceso-a-informacao/lista-de-pastas/institucional/legislacao>

- O site do Instituto de Meio Ambiente (IMA) também traz a legislação ambiental do Estado. “Nesta seção encontram-se os principais instrumentos legais que norteiam o licenciamento, monitoramento e fiscalização desenvolvidos pelo IMA. São leis, decretos, resoluções e portarias, em âmbito federal e estadual, com download para o texto na íntegra”: <http://www.ima.al.gov.br/legislacao/>

- O site do gabinete civil traz, na íntegra, toda a Legislação referente ao Estado de Alagoas:

<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao>

Pernambuco

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado de Pernambuco de 1989	Em seu Capítulo IV, refere-se ao Meio Ambiente.	Geral
Lei nº 11.206, de 31/03/1995	Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Pernambuco e dá outras providências.	Política Florestal do Estado
Decreto nº 35.707/2010	Institui o Fórum Pernambucano de Política Florestal, e dá outras providências.	Política Florestal
Decreto nº 35.708/2010	Institui o Comitê Estadual de Política Florestal, e dá outras providências.	Política Florestal
Lei nº 12.984, de 30/12/2005	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 11.378, de 27/08/1996	Disciplina a captação, transporte, potabilidade e uso de água no Estado de Pernambuco e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Lei nº 11.427 de 17/01/1997	Dispõe sobre a conservação e a proteção das águas subterrâneas no Estado de Pernambuco e dá outras providências	Recursos Hídricos
Lei nº 14.090, de 17/06/2010	Institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências.	Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas
Lei nº 14.091, de 17/06/2010	Institui a Política Estadual de Combate à desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, e dá outras providências.	Política Estadual de Combate à desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

NORMA	EMENTA	TEMA
Lei nº 14. 258, de 23/12/2010	Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.	Política Estadual de Gerenciamento Costeiro
Decreto nº 35.709/2010	Institui o Fórum Pernambucano de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.	Gerenciamento Costeiro
Lei nº 15.223, de 24/12/2013	Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar de Pernambuco - PEATER-PE e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar - PROATER-PE.	Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
Lei nº 15.211, de 19/12/2013	Institui a política estadual de regularização fundiária de interesse social a ser adotada no Estado de Pernambuco.	Política Estadual de Regularização Fundiária de Interesse Social
Decreto nº 38.960, de 17/12/2012	Institui a Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas.	Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas
Decreto nº 42.848, de 04/04/2016	Institui o Plano Pernambuco Quilombola, no âmbito do Estado de Pernambuco.	Comunidades Quilombolas
Decreto nº 42.849, de 04/04/2016	Institui o Fórum Estadual de Gestores da Política Quilombola - FOGESQ.	Comunidades Quilombolas
RESOLUÇÃO CONSEMA/PE no. 04/2010	Critérios de Compensação Ambiental - Estabelecer metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental.	Compensação Ambiental
Lei nº 11.899, de 21/12/2000	Redefine os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos municípios, de que trata o artigo 2º, da Lei nº 10.489, de 02 de outubro de 1990, considerando aspectos socioambientais e dá outras providências.	ICMS Ecológico
Lei nº 12.432 de 29/09/2003	Ajusta os critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios, nos termos do art. 2º, da Lei nº 10.489, de 02 de outubro de 1990, com a redação da Lei nº 11.899, de 21 de Dezembro de 2000, e da Lei nº 12.206, de 20 de Maio de 2002.	ICMS Ecológico
Lei nº 12.321, de 06/01/2003	Cria normas disciplinadoras de utilização da orla marítima, visando a proteção do meio ambiente e do patrimônio turístico e paisagístico pernambucano.	Orla marítima

Mais informações:

- O site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade traz a legislação ambiental, decretos estaduais e resoluções do conselho de meio ambiente

<http://www.semas.pe.gov.br/web/semas/legislacao>

- A Agência Estadual de Meio Ambiente também traz o levantamento da legislação ambiental:

<http://www.cprh.pe.gov.br/home/43333%3B65611%3B10%3B0%3B0.asp>

Paraíba

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado da Paraíba 1989	Em seu Capítulo IV, refere-se ao Meio Ambiente.	Geral
Lei nº 6.002 de 29/12/94	Institui o Código Florestal do Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Código Florestal do Estado da Paraíba
Lei nº. 6.308, de 02/07/1996	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei Ordinária nº 8042 de 27/06/2006	Dá nova redação a dispositivos da lei nº 6.308, de 02 de julho de 1996, que institui a política estadual de recursos hídricos, e da lei nº 7.779, de 07 de julho de 2005, que criou a agência executiva de gestão das águas do estado da Paraíba - AESA, e determina outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Decreto nº 15.149 de 19/02/93	Cria o Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Paraíba, institui a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico e dá outras providências.	ZEE
Lei nº. 6.678, de 19/11/1998	Proíbe queimadas nas margens das rodovias estaduais e dos mananciais existentes no Estado da Paraíba e dá outras providências	Queimadas
Lei nº 7.502, de 11/12/2003	Institui o Programa de Resgate Histórico e Valorização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Paraíba, tendo	Comunidades Quilombolas

NORMA	EMENTA	TEMA
	como base o art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição da República, e dá outras providências.	
Decreto nº 34.542, de 22/11/2013	Institui o Comitê de Ações Integradas da Agenda Social Quilombola no Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Comunidades Quilombolas
Lei nº 10.320, de 03/06/2014	Dispõe sobre a expedição de títulos de propriedade de terra aos remanescentes de Comunidades Quilombolas no território do Estado da Paraíba e dá outras providências	Comunidades Quilombolas

Mais informações:

- A Legislação Estadual pode ser acessada no site da Assembleia Legislativa:

<http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>

- O site do Governo da Paraíba traz um levantamento da Legislação Ambiental:

<http://paraiba.pb.gov.br/meio-ambiente-dos-recursos-hidricos-e-da-ciencia-e-tecnologia/legislacao-meio-ambiente/>

- O site da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) traz as deliberações do Conselho de Proteção Ambiental (COPAM): <http://sudema.pb.gov.br/copam>

- Artigo “Legislação ambiental da Paraíba: contribuições à gestão integrada de resíduos sólidos”: [clique aqui](#)

Rio Grande do Norte

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado do Rio Grande do Norte de 1989	Em seu Capítulo IV, refere-se ao Meio Ambiente.	Geral
Lei Complementar nº 272, de 03/03/2004.	Regulamenta os artigos 150 e 154 da Constituição Estadual, revoga as Leis Complementares Estaduais n.º 140, de 26 de janeiro de 1996, e n.º 148, de 26 de dezembro de 1996, dispõe sobre a Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente, as infrações e sanções administrativas ambientais, as unidades estaduais de conservação da natureza, institui medidas compensatórias ambientais, e dá outras providências	Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente
Lei nº 6.908, de 01/07/1996	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei Complementar nº 481, de 03/01/2013	Altera a Lei Estadual nº 6.908, de 1º de julho de 1996, que “Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e dá outras providências”.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 6.950, de 20/08/1996	Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
Lei nº 8.769, de 21/12/2005	Disciplina o uso das águas interiores de domínio do Estado ou delegadas pela União, para a prática de piscicultura no Estado do Rio Grande do Norte.	Piscicultura
Lei nº 9.104 de 09/06/2008	Reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.	Comunidades Quilombolas
Decreto nº 26.501, de 09/12/2016	Cria o Comitê Estadual Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (COGPPIR) e dá outras providências	Comitê Estadual Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Mais informações:

- O site da Assembleia Legislativa disponibiliza a legislação do Estado:

<http://www.al.rn.gov.br/portal/legislacaoestadual>

- O site do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) traz um levantamento de Planos e Leis ambientais:

<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=1406&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Gest%E3o+Ambiental>

- A Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos também traz um levantamento da legislação:

<http://www.semarnh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=1007&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Gest%E3o>

O mesmo site traz as deliberações, resoluções e portarias do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH):

<http://www.semarnh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=20216&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Conselho>

- O site da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) de Natal traz publicações referentes à legislação urbanística e ambiental do município:

http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html#legislacao_div

Ceará

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado do Ceará de 1989	Em seu Capítulo IV, refere-se ao Meio Ambiente.	Geral
Lei nº 11.411, de 28/12/1987	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA	Política Estadual do Meio Ambiente
Lei Estadual 14.844, de 28/12/10	Dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH, e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 16.146, 14/12/2016	Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas – PEMC	Política Estadual sobre Mudanças Climáticas
Lei nº 13.796, DE 30/06/2006	Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e o Plano Estadual De Gerenciamento Costeiro e dá outras Providências.	Política Estadual de Gerenciamento Costeiro
Lei nº 16.026, de 01/06/2016	Institui o Plano Estadual de Cultura do Ceará	Plano Estadual de Cultura

Mais informações:

- Resoluções do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA):

<http://www.semace.ce.gov.br/institucional/coema/resolucoes-estaduais-2/>

- O site da Agência Reguladora do Estado do Ceará traz um levantamento da legislação:

<http://www.arce.ce.gov.br/index.php/legislacao>

Piauí

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado do Piauí, promulgada em 5 de outubro de 1989	Em seu capítulo VII traz as diretrizes relacionadas ao Meio Ambiente	Geral
Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996	Dispõe sobre a política de meio ambiente do Estado do Piauí e dá outras providências	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual Nº 5.178 de 27 de dezembro de 2000	Dispõe sobre a política florestal do Estado do Piauí e dá outras providências,	Política Estadual Florestal
Lei Estadual nº 5.165 de 17 de agosto de 2000	Dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos, institui o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei Nº 6.140 de 06 de dezembro de 2011	Institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima e Combate à Pobreza - PEMCP e dá outras providências	Política Estadual sobre Mudança do Clima e Combate à Pobreza
Lei nº 6.565, de 30 de Julho de 2014	Dispõe sobre a Educação Ambiental institui a Política Estadual de Educação Ambiental, e dá outras providências	Política Estadual de Educação Ambiental
Lei nº 5.626, de 29 de dezembro de 2006.	Dispõe sobre um controle de agrotóxicos, seus componentes e afins, no Estado do Piauí, e dá outras providências.	Agrotóxicos
Lei Nº 5.813, de 03 de março de 2008	Cria o ICMS ecológico para beneficiar municípios que se destaquem na proteção ao meio ambiente e dá outras providências	ICMS Ecológico
Resolução CONSEMA Nº. 011, de 25 de novembro de 2009	Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental e autorização de desmatamento para Projetos de Assentamento federais, estaduais e municipais de Reforma Agrária no Estado do Piauí, da Agricultura Familiar - PRONAF e dá outras providências	Licenciamento Ambiental
Resolução CONSEMA Nº 010 de 25 de novembro de 2009	Estabelece critérios para classificação de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de declaração de baixo impacto ou de licenciamento ambiental no nível estadual e determina procedimentos e estudos ambientais compatíveis com o potencial poluidor e dá outras providências	Licenciamento Ambiental

NORMA	EMENTA	TEMA
Decreto Estadual nº 15.512 de 27 de janeiro de 2014	Dispõe sobre a integração de execução das políticas de regularização fundiária de licenciamento ambiental de autorização de supressão de vegetação e de recursos hídricos e dá outras providências	Licenciamento Ambiental
Decreto Estadual Nº 14.842, de 04 de Junho de 2012	Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental Simplificado das obras emergenciais necessárias ao enfrentamento da seca no Estado do Piauí, e dá outras Providências	Licenciamento Ambiental
Lei Estadual nº 6.947, de 09 de janeiro de 2017	Dispõe sobre as diretrizes do licenciamento ambiental estadual, estabelece os prazos e procedimentos para a emissão de licenças, declarações e autorizações ambientais e dá outras providências	Licenciamento Ambiental
Portaria conjunta SEMAR/INTERPI Nº 01, de 24 de abril de 2014	Regulamenta os procedimentos de integração da execução das políticas de regularização fundiária, de licenciamento ambiental, de autorização de supressão de vegetação e de recursos hídricos	Regularização Fundiária; Licenciamento Ambiental; Recursos Hídricos
Resolução CONSEMA Nº 013, de 07 de outubro de 2010	Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS da vegetação da Caatinga e suas formações sucessoras, e dá outras providências	Caatinga
Projeto de lei* n.º 6.391, de 2016 *Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Caatinga pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB e dá outras providências	Caatinga
Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980	Cria o Instituto de Terras do Piauí e dá outras providências.	Regularização Fundiária
Lei nº 6.709, de 28 de setembro de 2015	Dispõe sobre a reforma, regularização fundiária e colonização de terras devolutas pertencentes ao Estado do Piauí, alterando dispositivos da Lei Estadual nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, e dá outras providências	Regularização Fundiária
Decreto Estadual nº 17.610, dia 31 de janeiro de 2018	Estabelece novo preço do hectare e modifica o prazo de pagamento do preço da regularização fundiária das terras públicas e devolutas do Estado do Piauí	Regularização Fundiária

Mais informações:

- Site “Leis do Piauí”: <https://www.leisdopiaui.com/leis-ambientais>
- Legislação de Recursos Hídricos do Estado:
http://www.semar.pi.gov.br/download/201603/SM15_eed7c50a18.pdf
- A Legislação Ambiental do Estado pode ser acessada aqui:
http://www.semar.pi.gov.br/download/201412/SM19_5a22f2f6b8.pdf

• Região Centro – Oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás)

Mato Grosso do Sul

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de 1989	Em seu Capítulo VIII, refere-se ao Meio Ambiente, enfatizando-se as responsabilidades do Estado	Geral
Lei Estadual nº 90, de 02 de Junho de 1980	Dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelece normas de proteção ambiental e dá outras providências.	Meio Ambiente
Lei Estadual nº 1.238, de 18 de dezembro de 1991	Estabelece normas sobre uso, produção, consumo, comércio e armazenamento de agrotóxicos.	Agrotóxicos
Lei Estadual nº 2.406, de 29 de janeiro de 2002	Institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e dá outras providências.	Política Estadual dos Recursos Hídricos
Lei nº 3.183, de 21 de fevereiro de 2006	Dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 13.990, de 2 de julho de 2014	Regulamenta a outorga de direito de uso dos recursos hídricos, de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul.	Recursos Hídricos

NORMA	EMENTA	TEMA
Lei nº 3.886 de 28 de Abril de 2010	Dispõe sobre a pesca e a aquicultura e estabelece medidas de proteção e controle da ictiofauna, e dá outras providências	Pesca e aquicultura
Lei Estadual nº 2.043, de 7 de dezembro de 1999	Dispõe sobre a apresentação de projetos de manejo e conservação de solos e dá outras providências.	Licenciamento Ambiental
Decreto Estadual nº 11.408, de 23 de setembro de 2003	Disciplina o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizados nas áreas de preservação permanente, edá outras providências.	Licenciamento Ambiental
Decreto Estadual nº 11.577, de 6 de abril de 2004	Dispões sobre licenciamento ambiental da propriedade rural no Estado de Mato Grosso do Sul, seus mecanismos de controle e monitoramento e dá outras providências	Licenciamento Ambiental
Decreto Estadual nº 12.339, de 11 de julho de 2007	Dispõe sobre o exercício de competência do licenciamento ambiental no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.	Licenciamento Ambiental
Lei nº 3.709, de 16 de julho de 2009	Fixa a obrigatoriedade de compensação ambiental para empreendimentos e atividades geradoras de impacto ambiental negativo não mitigável, e dá outras providências.	Licenciamento Ambiental
Lei Estadual nº 4966 de 29 de dezembro de 2016	Acrescenta o § 6º ao art. 1º da Lei nº 3.709, de 16 de julho de 2009, que fixa a obrigatoriedade de compensação ambiental para empreendimentos e atividades geradoras de impacto ambiental negativo não mitigável.	Licenciamento Ambiental – Produção de energia elétrica por fontes renováveis (biomassa, fotovoltaica ou eólica)
Lei estadual nº 3.992, de 16 de dezembro de 2010	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 2.257, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre as diretrizes do licenciamento ambiental, e dá outras providências.	Licenciamento Ambiental
Lei nº 4.163, de 2 de janeiro de 2012	Disciplina, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a exploração de florestas e demais formas de vegetação nativa, a utilização de matéria prima florestal, a obrigação da reposição florestal e altera dispositivo da Lei nº 3.480, de 20 de dezembro de 2007.	Exploração Florestal
Decreto nº 11.493, de 3 de dezembro de 2003	Institui o Programa de Reestruturação Fundiária de Mato Grosso do Sul - Terra Nova	Regularização Fundiária
Portaria IMAP/MS nº 27, de 20 de julho de 2005	Dispõe sobre a inscrição profissional no Instituto de Meio Ambiente - Pantanal para a execução e apresentação dos trabalhos de georreferenciamento das áreas de interesse ambiental e dos imóveis rurais	Georreferenciamento
Portaria IMAP/MS nº 28, de 1º de agosto de 2005	Aprova a Norma Técnica de Georreferenciamento de Áreas de Interesse Ambiental e outras providências	Georreferenciamento
Portaria IMAP/MS nº 29 de 9 de agosto de 2005	Disciplina os procedimentos relativos a implantação do Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.	Reserva Legal
Lei Estadual nº 3.480, de 20 de dezembro de 2007	Institui os Cadastros Técnico-Ambiental Estadual, cria a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Estadual (TFAE) e a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), inclui dispositivos ao Anexo único da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	Cadastro Técnico – Ambiental; Taxas Ambientais
Decreto Estadual nº 13.977, de 5 de junho de 2014	Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural de Mato Grosso do Sul; sobre o Programa MS Mais Sustentável, e dá outras providências.	CAR
Resolução SEMAC Nº 11-07-2014	Implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual Nº 13.977, de 05 de junho de 2014.	CAR
Resolução semade nº 28, de 22 de março de 2016	Altera e acrescenta dispositivos a Resolução SEMAC nº 11, de 15 julho 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS Mais Sustentável a que se refere o Decreto Estadual nº 13.977, de 05 de junho de 2014.	CAR
Resolução semade nº 26, de 16 de fevereiro de 2016	Estabelece procedimentos técnico-jurídicos de criação de Unidades de Conservação, de realização de consultas públicas relativas às unidades de conservação, disciplina os procedimentos e indica a documentação necessária à inscrição de unidades de conservação no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC.	UCs
Decreto Estadual nº 14. 755, de 12 de junho de 2017.	Dispõe sobre a instituição e o reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, disciplinadas no art. 21 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).	RPPN
Portaria Imasul n. 408, de 15 de outubro de 2014	Aprova e dá publicidade ao Roteiro Metodológico para Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Mato Grosso do Sul.	UCs
Decreto Estadual nº 14.366, de 29 de dezembro de	Regulamenta disposições da Lei Estadual nº 4.219, de 11 de julho de 2012; disciplina aspectos do Cadastro Estadual de Unidades	UCs; ICMS Ecológico

NORMA	EMENTA	TEMA
2015.	de Conservação (CEUC); cria o Programa Estadual do ICMS Ecológico e estabelece diretrizes para o rateio do percentual da parcela de receita prevista no art. 153, parágrafo único, inciso II, da Constituição do Estado, referente ao ICMS Ecológico.	
Lei estadual nº 4.219, de 11 de julho de 2012	Dispõe sobre o ICMS Ecológico na forma do art. 1º, inciso III, alínea “f”, da Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991, na redação dada pela Lei Complementar nº 159, de 26 de dezembro de 2011, e dá outras providências.	ICMS Ecológico
Resolução semade/ms nº 22, de 30 de dezembro de 2015	Disciplina os critérios e os procedimentos de participação dos municípios no rateio da alíquota do ICMS Ecológico para o componente Resíduos Sólidos Urbanos e dá outras providências.	ICMS Ecológico
Resolução semade nº 27, de 16 de fevereiro de 2016	Estabelece os critérios, fórmulas de cálculo e os procedimentos de participação dos Municípios no rateio da alíquota do ICMS Ecológico para o componente Unidades de Conservação e Terras Indígenas e dá outras providências.	ICMS Ecológico
Decreto Estadual nº 14.273, de 8 de outubro de 2015.	Dispõe sobre a Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.	Pantanal

Mais informações:

- A Legislação atualizada do Estado do Mato Grosso do Sul pode ser acessada aqui:

<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf>

- A Legislação Ambiental, além de outros documentos e publicações, pode ser acessada no site do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul:

<http://www.imasul.ms.gov.br/legislacao-ambiental/leis/>

- Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira (Legislação Fundamental, Cidadania, Ordenamento Territorial, Meio Ambiente, Educação, Seguridade Social, Cultura, Organização da União, Etnodesenvolvimento, Defesa, Pesquisa):

<https://funaialtopurus.files.wordpress.com/2013/04/coletc3a2nea-da-legislac3a7c3a3o-indigenista-brasileira.pdf>

Goiás

NORMA	EMENTA	TEMA
Constituição do Estado de Goiás de 1989	Em seu Capítulo V, refere-se à “Proteção dos Recursos Naturais e da Preservação do Meio Ambiente”	Geral
Lei nº 18.104, de 18 de Julho De 2013	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências.	Política Florestal
Lei nº 19.755, de 17 de Julho de 2017	Institui o Programa de Fomento Florestal do Estado de Goiás – PFFEG– e dá outras providências.	Programa de Fomento Florestal
Lei nº 13.123 de 16 de Julho 07 de 1997	Estabelece normas de orientação à política estadual de recursos hídricos, bem como ao sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos e dá outras providências.	Política Estadual de Recursos Hídricos
Lei nº 13.583, de 11 de Janeiro de 2000	Dispõe sobre a conservação e proteção ambiental dos depósitos de água subterrânea no Estado de Goiás e dá outras providências.	Água subterrânea
Lei nº 14.248, de 29 de Julho de 2002	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências	Política Estadual de Resíduos Sólidos
Lei nº 14.769, de 12 de Maio de 2004	Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável no Estado de Goiás.	Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável
Lei nº 16.586, de 16 de Junho de 2009	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências.	Política Estadual de Educação Ambiental
Decreto Estadual nº 4.479, de 23 de Junho de 1995	Institui Grupo Especial para elaboração da proposta de criação da Reserva da Biosfera do Cerrado Fase II.	Cerrado
Resolução CEMAM Nº 073/2007 - Diretrizes Gestão da Biodiversidade	Dispõe sobre as diretrizes para gestão da biodiversidade no Estado de Goiás.	Gestão Ambiental
Lei nº 14.247, de 29 de Julho de 2002	Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás e dá outras providências.	Unidades de Conservação Estaduais
Decreto nº 5.806, de 21 de Julho de 2003	Institui a Câmara Superior das Unidades de Conservação do Estado de Goiás.	Unidades de Conservação Estaduais
Decreto nº 7.665, de 03 de Julho de 2012	Institui o Programa Estadual de Apoio a Reservas Particulares do Patrimônio Natural, dispõe sobre a criação, implantação e gestão de reservas particulares do patrimônio natural e dá outras	RPPN

NORMA	EMENTA	TEMA
	providências.	
Lei nº 14.241, De 29 De Julho De 2002	Dispõe sobre a proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás e dá outras providências.	Fauna
Lei nº 18.037, de 12 de Junho de 2013	Altera dispositivo da Lei nº 14.241, de 29 de julho de 2002, que dispõe sobre a proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás.	Licenciamento e Compensação Ambiental
Decreto nº 8.366, de 20 de Maio de 2015	Regulamenta a Lei nº 14.241, de 29 de julho de 2002, e dá outras providências.	Licenciamento e Compensação Ambiental
Resolução nº 077/2007 CEMAN	Dispõe sobre o credenciamento das prefeituras municipais para o desempenho do licenciamento ambiental e dá outras providências.	Licenciamento Ambiental
Decreto nº 8.450, de 11 de Setembro de 2015	Dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente	Conselho Estadual do Meio Ambiente
Lei nº 18.102, de 18 de Julho de 2013	Dispõe sobre as infrações administrativas ao meio ambiente e respectivas sanções, institui o processo administrativo para sua apuração no âmbito estadual e dá outras providências.	Infrações administrativas ao meio ambiente
Lei Complementar nº 90, de 22 de Dezembro de 2011	Regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 107 da Constituição Estadual, acrescido pela Emenda Constitucional nº 40, de 30 de maio de 2007, e dá outras providências.	ICMS Ecológico
Decreto nº 8.147, de 08 de Abril de 2014	Regulamenta a Lei Complementar nº 90, de 22 de dezembro de 2011.	ICMS Ecológico

Mais informações:

- A Legislação atualizada do Estado de Goiás pode ser acessada no site da Casa Civil:

<http://www.casacivil.go.gov.br/pagina/ver/5364/legislacao-estadual>

- A Legislação Ambiental utilizada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente pode ser acessada no site da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos:

<http://www.secima.go.gov.br/post/ver/210847/bem-vindo-ao-cemam>

- A Legislação associada à gestão de Unidades de Conservação pode ser acessada no Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_chapada_dos_veadeiros_1.pdf

Página 186: “Legislação federal, estadual e municipal pertinente”

(INCLUIR LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)

As normas normalmente podem ser encontradas nos websites oficiais das Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores.